





COMISSÃO
TÉCNICA DE
COORDENAÇÃO
DO QREN

Ficha Técnica

Título Boletim Informativo QREN N.º 18

Edição Comissão Técnica de Coordenação do QREN

Data de Edição Janeiro de 2013

Fotografia Krypton

Escola Básica e Secundária Tomás de Borba – Angra do
Heroísmo, Terceira - PO Açores FEDER (Proconvergência)
e PO Açores FSE (ProEmprego)

Registo ISSN 2182-200X

Informação disponível em www.qren.pt

Esta publicação é financiada pela União Europeia –
Programa Operacional Assistência Técnica (FEDER).

Nota de Abertura

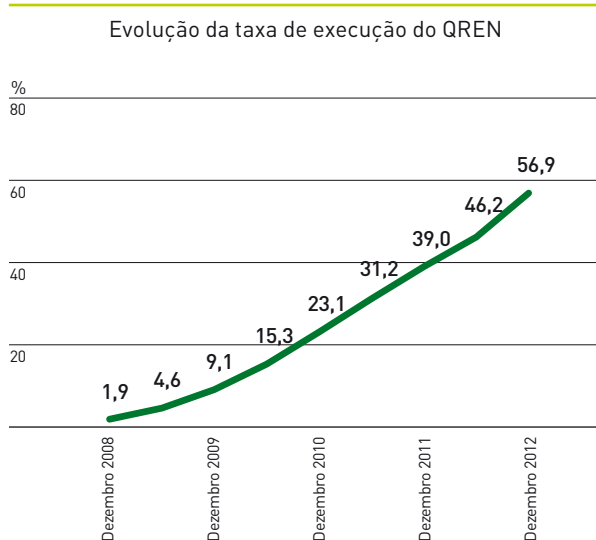
O Boletim informativo que encerra o ano de 2012 permite evidenciar que a taxa de execução do QREN atingiu 56,9% da dotação total dos fundos prevista executar até 2015 (mais 6,3 p.p. em relação ao final do terceiro trimestre de 2012 e mais 17,9 p.p. em relação ao final de 2011), o que corresponde a um volume de despesa validada de 12,2 mil M€ de fundo. O volume de pagamentos efetuados aos beneficiários do QREN ascende a 12,3 mil M€ (dos quais 1,5 M€ foram realizados durante o 4º trimestre de 2012) e o fundo aprovado ascendeu a 92,4% dos fundos disponíveis no QREN (taxa de compromisso). Este volume de recursos financeiros permitiu, a título de exemplo, abranger na agenda da competitividade, 8.136 empresas em apoios diretos (das quais 825 são novas empresas) e 6.912 empresas através de mecanismos de engenharia financeira; na agenda do potencial humano, 557 mil formandos em modalidades de dupla certificação que iniciaram o ciclo de formação, 1.378 mil formandos noutras modalidades e 921 estabelecimentos de ensino construídos ou requalificados (dos quais 726 centros escolares e escolas do 1º ciclo do ensino básico); na agenda da valorização do território, 4.322 km de coletores de drenagem de águas residuais, 3.754 km de intervenção em rodovias, 548 projetos de prevenção de riscos e 974 equipamentos sociais construídos ou requalificados, nas áreas da saúde, cultura, desporto e apoio social. Com estes boletins pretende-se assegurar dois equilíbrios fundamentais: permitir uma leitura simples e acessível sobre a implementação do QREN a todos os potenciais interessados, sem comprometer o rigor da informação; estar disponível num tempo útil, mas garantindo uma informação estável e robusta. A par da atividade desenvolvida por todas as autoridades de gestão do QREN e dos Programas Operacionais, designadamente através da disponibilização de informação de natureza muito diversificada nos respetivos sítios internet, este esforço de divulgação de resultados insere-se numa estratégia de reforço da transparência na aplicação de recursos públicos, nacionais e comunitários. A ampla utilização da informação aqui reportada pela comunicação social e por públicos distintos, em paralelo com as iniciativas de aferição de utilidade e satisfação, asseguram-nos a relevância e

pertinência de se passar a disponibilizar desta forma os principais indicadores de realização dos Programas cofinanciados pelos Fundos Estruturais e de Coesão. O Boletim Informativo do QREN é iniciativa da Comissão Técnica de Coordenação do QREN, composta pelo coordenador do Observatório do QREN, pelos presidentes do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR) e do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu (IGFSE) e pelo inspetor-geral de Finanças (IGF). Integra, por esta via, as entidades com responsabilidades de monitorização estratégica, de coordenação, monitorização operacional e financeira FEDER, do Fundo de Coesão e do FSE, bem como a autoridade de auditoria. As análises e a informação aqui apresentadas são suportadas pelo sistema de monitorização do QREN, desenvolvido no âmbito da Comissão Técnica de Coordenação, em estreita colaboração com as autoridades de gestão. O conteúdo deste boletim retrata a situação presente nos sistemas de informação em 31 de dezembro de 2012 e não, necessariamente, a totalidade da informação reportada ao final de 2012, tendo em conta que o fecho do ano, em termos de consolidação de dados, apenas é possível efetuar nos primeiros meses de 2013. Este facto explica a existência de algumas diferenças entre a informação ora reportada e a informação equivalente que vier a constar nos relatórios de execução dos PO e/ou no Relatório Anual do QREN, reportados ao ano 2012, que serão editados em 2013.



Síntese





Taxa de execução do QREN em 56,9%...

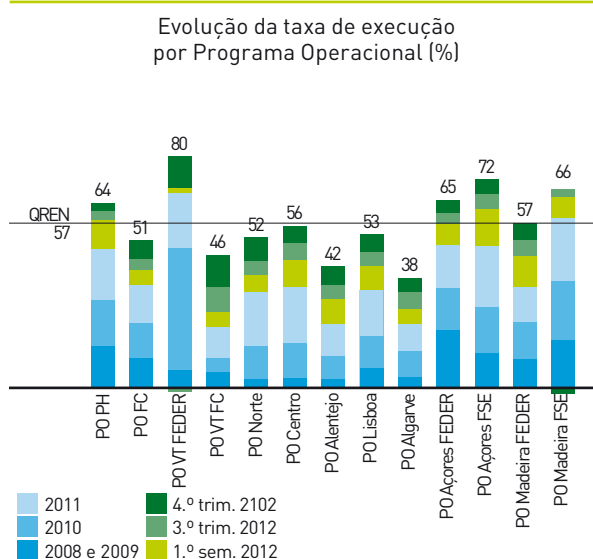
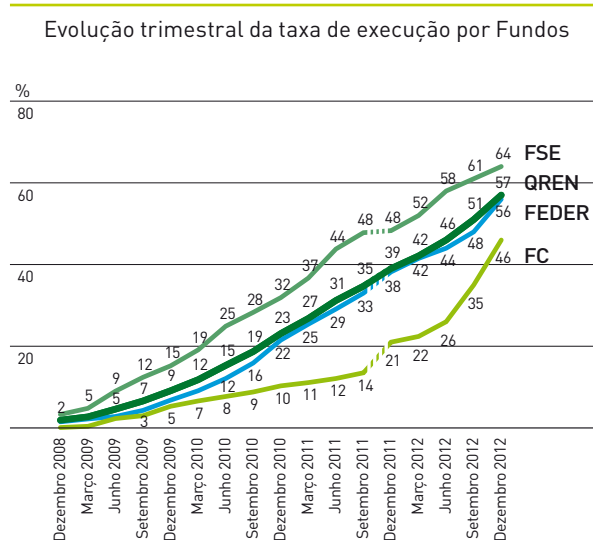
No final de 2012, a taxa de execução do QREN atingiu 56,9% da dotação total de fundos prevista executar até 2015¹ - o que corresponde a 12,2 mil M€ de volume de despesa (fundo) validada - e a taxa de realização atingiu 62% (da dotação total de fundos comunitários aprovados). Face ao final do terceiro trimestre de 2012, as taxas de execução e de realização aumentaram 6,3 p.p. e 1,7 p.p., respetivamente.

A despesa (fundo) validada no quarto trimestre ascendeu a 1.367 M€, superior à execução registada no terceiro trimestre de 2012 (927 M€), à execução média trimestral de 2012 (961 M€) e à execução registada no trimestre homólogo de 2011 (918 M€).

A execução (fundo) em 2012 foi de 3.843 M€ (acréscimo de 17,9 p.p. na taxa de execução do QREN em 2012), superior à execução (fundo) de 2011, de 3.410 M€ (acréscimo registado de 15,9 p.p.).

Ao nível dos fundos, é de destacar a evolução registada na execução do FSE, com uma taxa de execução de 64% - bem acima da média do QREN -, seguindo-se o FEDER com 56% e o Fundo de Coesão com 46%.

No quarto trimestre de 2012, o acréscimo de taxa de

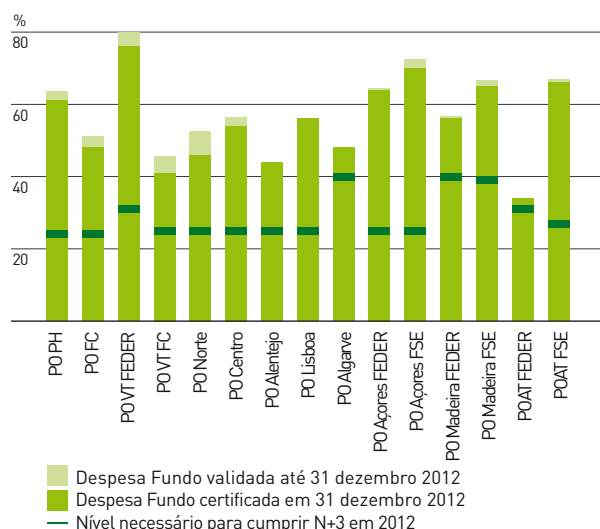


execução foi de 3 p.p. no FSE, 7 p.p. no FEDER e 11 p.p. no Fundo de Coesão. Os acréscimos registados no Fundo de Coesão (PO VT) estão associados, nomeadamente, à execução de projetos da REFER (ligação ferroviária Sines/Elvas, Linha do Minho e ligação ferroviária ao Porto de Aveiro), do Metro do Porto (extensão da rede de metro) e da Estradas de Portugal (Autoestrada Transmontana).²

¹ Com o fecho das contas do ano de 2012 do FSE, a reportar no primeiro trimestre de 2013, é expectável que esta taxa se venha a aproximar da meta de 60% de execução, definida para o final de 2012 (ver nota de abertura).

² O reforço da taxa de cofinanciamento para 85% nos projetos

Despesa Fundo validada e certificada à CE e regra N+3



Por PO, destaque para os que revelam uma taxa de execução superior à média do QREN: PO VT na vertente FEDER (80%), PO Açores FSE (72%), PO Madeira FSE (66%), PO Açores FEDER (65%) e PO PH (64%).

Em termos de acréscimos registados na taxa de execução no último trimestre do ano, os PO mais relevantes são:

o PO VT na vertente FEDER (+12,3 p.p.) e na vertente FC (+10,8 p.p.), o PO Norte (+8,4 p.p.), o PO Alentejo (+6,5 p.p.), o PO Centro (+6,4 p.p.) e o PO FC (+6,3 p.p.).

Os níveis de certificação de despesa à Comissão Europeia evidenciam que a totalidade dos PO ultrapassou a meta de execução imposta pela regra N+3³, no final de 2012, o que implica que não haverá lugar a devolução de verbas à Comissão.

FEDER e Fundo de Coesão promovidos por entidades que consolidam para efeitos de contabilidade nacional, na sequência da reprogramação, contribuiu também para os acréscimos registados na taxa de execução no último semestre do ano.

3 O art.º 93º do Regulamento (CE) N.º 1083/2006, alterado pelo Regulamento (UE) N.º 539/2010 de 16 de junho, impõe metas de execução aos PO, sob pena de anulação automática de Fundos e consequente devolução de verbas à Comissão Europeia. Esta regra (N+3 ou N+2), também conhecida por "regra da guilhotina", obrigou à certificação de despesa à Comissão, até 31-12-2012, do montante relativo à dotação anual de 2008 e 2009, acrescido de 1/6 da dotação de 2007, deduzido do montante do pré-financiamento comunitário. No período de programação do QREN (2007-2013), a primeira vez em que se aferiu se os PO cumpriram esta regra foi no final de 2011, sendo agora a segunda vez em que se procede a essa aferição.

Fundo executado por Agenda Temática (31 dezembro 2012)

Potencial Humano 50%	Fatores de Competitividade 22%	Valorização do Território 28%
Outros 5%	Outros 7%	Outros 3%
Tran. Vida Ativa 5%	Infraest.Reg. 5%	Preven. Riscos 5%
Desenv. Social 6%	Otos Púb. Cont. 6%	Equipamentos para a Coesão 15%
Formação Avançada 10%	Ações Colet. 6%	Política de Cidades 18%
Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida 22%	Desenv. Tecn. 7%	Proteção e Valorização do Ambiente 24%
Qualificação Inicial 24%	Eng. Finan. 6%	Acessibilidades e Mobilidade 35%
Infraestruturas da Rede Escolar 28%	Inovação e Renovação do Modelo Empresarial 63%	

Fundo aprovado por Agenda Temática (31 dezembro 2012)

Potencial Humano 42%	Fatores de Competitividade 29%	Valorização do Território 29%
Outros 1%	Outros 6%	Outros 2%
Tran. Vida Ativa 5%	Ações Coletivas 5%	Preven. Riscos 5%
Aperf. Profiss. 5%	Eng. Financeira 6%	Equipamentos para a Coesão 14%
Desenvolv. Social 6%	Infraest.Comp.Reg. 6%	Política de Cidades 19%
Formação Avançada 10%	Custos Púb. Contexto 7%	Proteção e Valorização do Ambiente 29%
Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida 22%	Desenv. Tecnol. 9%	Acessibilidades e Mobilidade 30%
Qualificação Inicial 25%	Inovação e Renovação do Modelo Empresarial 61%	
Infraestruturas da Rede Escolar 26%		

...concentrada sobretudo nas áreas da qualificação e educação e nos apoios a empresas

A execução das operações aprovadas até ao final de dezembro de 2012 tem acentuada concentração nas áreas da agenda temática Potencial Humano, que representa 50% do total da despesa fundo validada. Nesta agenda temática, de destacar a execução nas infraestruturas da

rede escolar, com 28%, cofinanciadas pelo FEDER, bem como nas áreas de qualificação de jovens (qualificação inicial de dupla certificação), com 24%, e de qualificação de adultos (aprendizagem ao longo da vida), com 22%, cofinanciadas pelo FSE.

Na agenda temática Fatores de Competitividade, com 22% do total dos fundos executados no QREN, verifica-se uma concentração elevada da execução na área da inovação e renovação do modelo empresarial (63%), com destaque, neste âmbito, para os sistemas de incentivos às empresas.

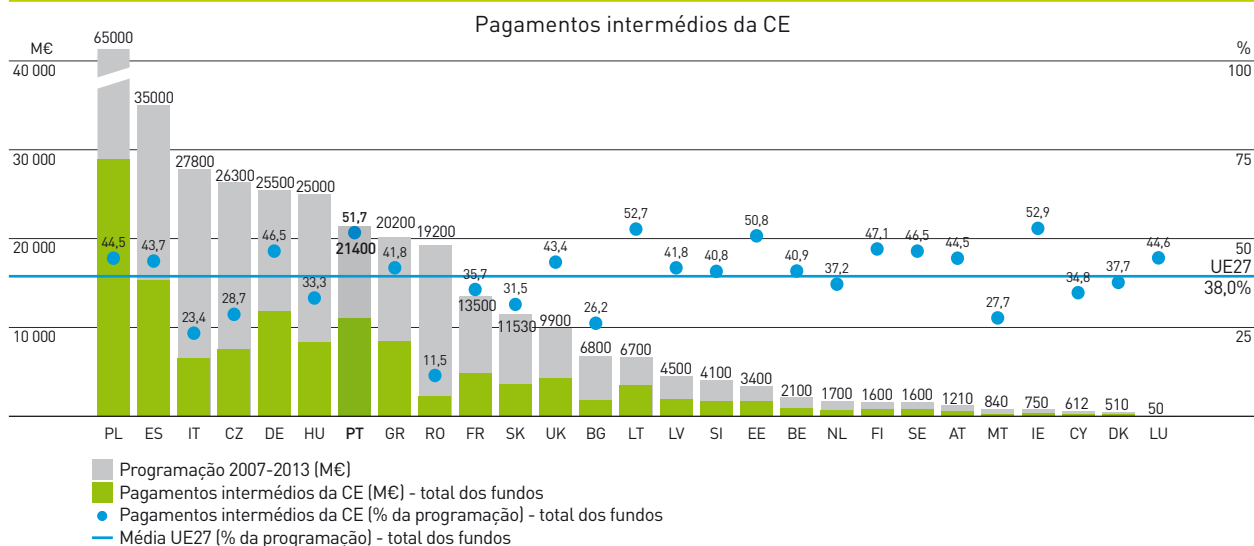
A agenda temática Valorização do Território (com 28% do total dos fundos executados) apresenta a seguinte distribuição pelas principais áreas de intervenção:

Acessibilidades e Mobilidade (35%) destacando-se a ligação ferroviária Sines-Elvas e as intervenções na CRIL-Buraca/Pontinha e na AE Transmontana; Proteção e Valorização do Ambiente (24%), onde assumem especial relevância as intervenções relativas ao ciclo urbano da água, ao tratamento e gestão de resíduos e às ações de defesa e valorização do litoral; Política de Cidades (18%), que engloba, nomeadamente, as operações executadas no âmbito dos programas de ação das parcerias para a regeneração urbana e dos programas estratégicos das redes urbanas para a competitividade e inovação (nos PO Regionais), as ações inovadoras para o desenvolvimento urbano e equipamentos estruturantes do sistema urbano (no PO VT) e os valores já executados ao

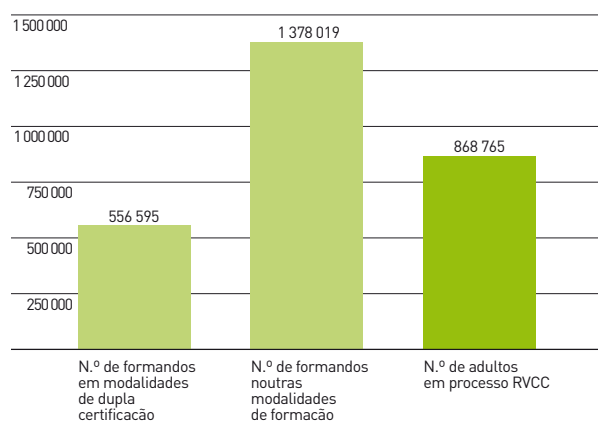
Pagamentos da Comissão Europeia aos 27 EM (1 janeiro 2013)

Do montante de 130,6 mil M€ de pagamentos intermédios efetuados pela CE aos Estados-membros, 11,1 mil M€ destinaram-se a Portugal (8,5% do total), sendo 4,0 mil M€ de FSE e 7,1 mil M€ de FEDER e Fundo de Coesão. Portugal continua, assim, a integrar o grupo dos 4 países com maiores volumes de transferências totais da CE a título de pagamentos intermédios - conjuntamente com a Polónia (28,9 mil M€), a Espanha (15,3 mil M€) e a Alemanha (11,9 mil M€).

O nível de pagamentos intermédios da CE a Portugal, efetuados até 1 de janeiro de 2013, de 51,7% do respetivo envelope financeiro, situa-se acima da média da UE27, de 38,0%. Quando comparado com os países com maiores dotações, Portugal detém a taxa de absorção mais elevada. Esta taxa de absorção é diferenciada consoante o fundo em análise, mas sempre superior à média comunitária: no FSE, os pagamentos executados representam 58,4% da dotação deste fundo programada no QREN (o que compara com a média UE27=41,1%); e no FEDER e Fundo de Coesão, os pagamentos representam 48,5% da dotação destes Fundos programada no QREN (média UE27=37,1%)



Participantes em formação
e adultos em processos de RVCC apoiados
(31 dezembro 2012)

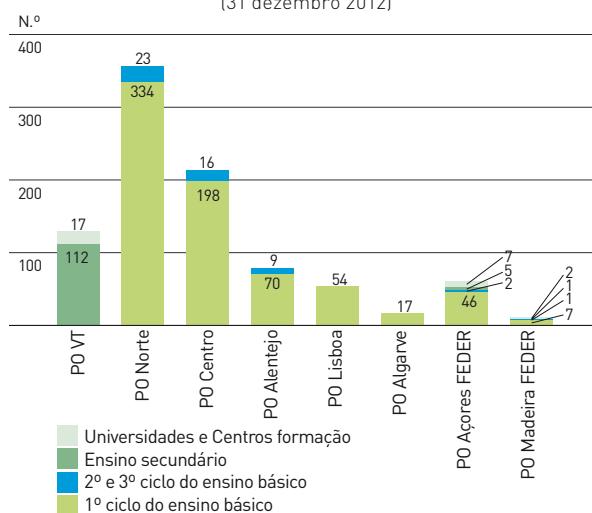


abrigo da Iniciativa Comunitária JESSICA⁴; e Equipamentos para a Coesão (15%) os quais abrangem diversos tipos de equipamentos (sociais, culturais, desportivos e de saúde). As diferenças que se verificam entre o peso do fundo aprovado e o do fundo executado, por agenda temática, denota o maior dinamismo na execução das operações aprovadas na agenda temática Potencial Humano, a qual integra, na sua maioria, operações do FSE.

Agenda Potencial Humano: mais de 1,9 milhões de participantes nas diversas modalidades de formação

Nas candidaturas contratualizadas no âmbito da agenda Potencial Humano⁵, o número de formandos abrangidos em ações de formação de dupla certificação, que iniciaram o ciclo de formação, ascende a 557 mil, abrangendo as outras modalidades de formação mais de 1,3 milhões de formandos. Com o objetivo de reforçar a qualificação da população adulta ativa de modo a contribuir, nomeadamente, para o

Estabelecimentos escolares apoiados
por Programa Operacional
(31 dezembro 2012)



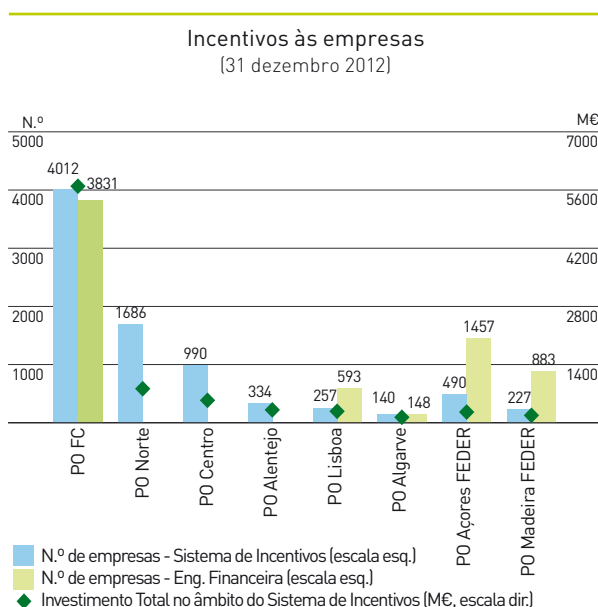
desenvolvimento de competências críticas à modernização económica e empresarial e para a adaptabilidade dos trabalhadores, encontram-se abrangidos em processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), mais de 868 mil adultos. No âmbito do reforço da capacidade científica e tecnológica nacional, através da formação de recursos humanos altamente qualificados, cerca de 11 mil bolsеiros estão a realizar, ou já concluíram, ações de formação avançada.

De referir ainda, nesta agenda, 921 estabelecimentos de ensino apoiados (com intervenção ao nível da construção, ampliação e/ou requalificação), enquadrados nas seguintes tipologias: 726 centros escolares e escolas do 1.º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar (79%) – das quais 416 concluídos⁶ (274 no Norte, 3 no Centro, 45 no Alentejo, 47 em Lisboa, 11 no Algarve, 29 nos Açores e 7 na Madeira); 51 escolas do 2º e 3º ciclo do ensino básico – das quais 12 concluídas (8 no Norte, 2 no Alentejo, 1 nos Açores e 1 na Madeira); 118 escolas com ensino secundário – das quais 6 concluídas (5 nos Açores e 1 na Madeira); 19 Escolas superiores e Universidades – das quais 2 concluídas (nos Açores); 7 Centros de formação – dos quais 3 concluídos (2 nos Açores e 1 na Madeira).

4 A Iniciativa JESSICA é um instrumento financeiro promovido pela Comissão Europeia que permite às autoridades de gestão dos PO Regionais afetar uma parte dos seus fundos estruturais para a realização de investimentos em regeneração urbana, através de fundos de desenvolvimento urbano.

5 Ver meta-informação sobre estes indicadores nos quadros anexos.

6 Uma operação encontra-se concluída do ponto de vista da sua realização física quando a intervenção se encontra finalizada ou em condições de ser usufruída pelos destinatários da mesma, independentemente de estar financeiramente concluída.



Agenda Fatores de Competitividade: sistemas de incentivos abrangem mais de 8,1 mil empresas e mecanismos de engenharia financeira apoiam mais de 6,9 mil empresas

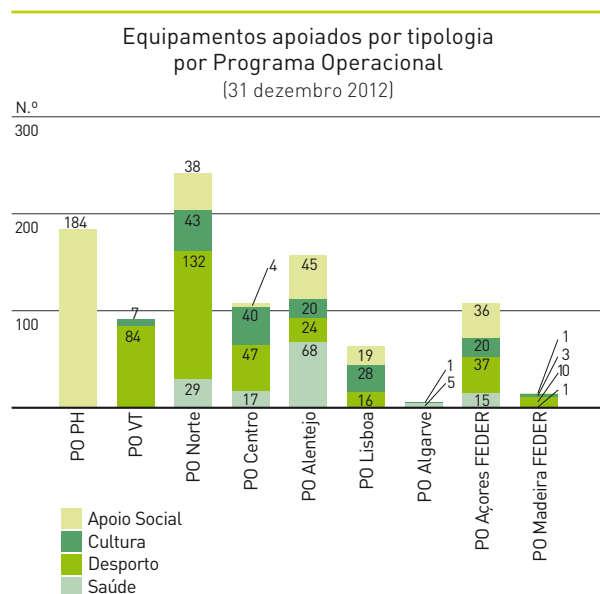
Até ao final de 2012, foram apoiadas 8.136 empresas com ajudas diretas ao investimento atribuídas através dos sistemas de incentivos (permitindo mobilizar um volume de investimento total na ordem dos 8,2 mil M€). De destacar o PO FC com o maior número de empresas apoiadas (4.012), seguido pelo PO Norte (1.686), sendo o PO FC o que apresenta maior expressão relativamente ao investimento total médio por empresa (1,4 M€), o que se deve ao facto dos incentivos aos projetos de grandes e médias empresas serem elegíveis apenas neste PO. Das 8.136 empresas que receberam incentivo, 825 (10%) foram apoiadas no início da sua atividade (start-up), sendo de salientar que 48% (399) das novas empresas apoiadas se situam em setores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia, o que revela a aposta que está a ser feita neste tipo de empresas, enquanto investimento promissor para uma maior elevação da competitividade da economia portuguesa. Nesta agenda, é de registar ainda o apoio a 6.912 empresas através de mecanismos de engenharia financeira, os quais assumem particular importância

no âmbito das medidas de combate à crise económica e financeira. No Continente, através do conjunto de mecanismos de engenharia financeira criados ao abrigo do SAFPRI - Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (linhas de crédito PME Investe I e II⁷, fundos de capital de risco e business angels), foram financiadas pelo PO FC 3.831 empresas e pelos PO Regionais de Lisboa e Algarve 593 e 148 empresas, respetivamente, abrangendo um total de 4.572 empresas. Nas Regiões Autónomas, com as linhas de crédito criadas foram apoiadas 2.340 empresas, das quais 1.457 pelo PO Açores FEDER e 883 pelo PO Madeira FEDER. No domínio dos custos públicos de contexto estão contratadas 1.632 intervenções de apoio à modernização administrativa (designadamente lojas do cidadão, centros multi-serviços e balcões únicos), destacando-se o PO FC com 1.433 intervenções, tendo os restantes PO uma intervenção mais circunscrita (PO Norte com 91 intervenções, PO Alentejo com 49, PO Lisboa com 33 intervenções e PO Açores FEDER com 18 intervenções nesta área).

Agenda Valorização do Território: apoiados 974 equipamentos coletivos

No âmbito da agenda Valorização do Território foram apoiados 974 equipamentos coletivos, repartidos pelas seguintes tipologias: 135 unidades de saúde (estas intervenções abrangem a construção e ampliação de centros de saúde, bem como a requalificação de serviços de unidades hospitalares), 350 equipamentos desportivos (com destaque para o PO Norte, com 132 e o PO VT com 84 intervenções contratualizadas), 162 equipamentos culturais (onde se incluem bibliotecas e arquivos públicos, teatros e cineteatros, cinema digital e centros de arte contemporânea) e 327 equipamentos de apoio social, sendo na sua maioria creches e lares de idosos (143 no âmbito dos PO FEDER - 106 nos PO Regionais do Continente, 36 no PO Açores FEDER e 1 no PO Madeira FEDER - e 184 no PO PH). Ao nível da mobilidade territorial encontram-se contratados 3.755 km relativos à construção, reabilitação

7 Até ao final de 2012 o QREN financiou estas duas linhas de crédito.



e requalificação de um conjunto de estradas - dos quais 2.656 km já se encontram concluídos - sendo estas intervenções registadas maioritariamente nos PO Regionais do Continente (3.030 km) e no PO Açores FEDER (574 km).

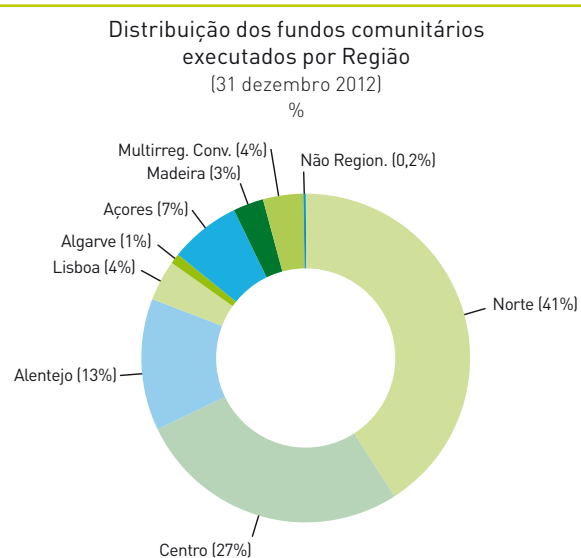
No âmbito da prevenção de riscos, foram contratadas 548 operações, estando 57 já concluídas. Estas operações são relativas, sobretudo, a Planos Municipais de Emergência da Proteção Civil e à construção, ampliação e requalificação de quartéis de bombeiros em todo o país.

A grande maioria dos fundos executados está concentrada nas regiões convergência

92% dos fundos comunitários executados concentram-se nas regiões convergência (Norte, Centro, Alentejo e Açores).

Analisando as intensidades regionais de apoio inerente ao volume de execução registado até ao final de 2012, denota-se o reduzido valor das captações de fundos executados nas regiões do Continente que estão fora do objetivo convergência (Lisboa e Algarve, este último em regime de phasing out), fruto da menor expressão financeira dos envelopes resultantes da respetiva definição comunitária para o período 2007-2013.

Os Açores, no contexto das regiões convergência,

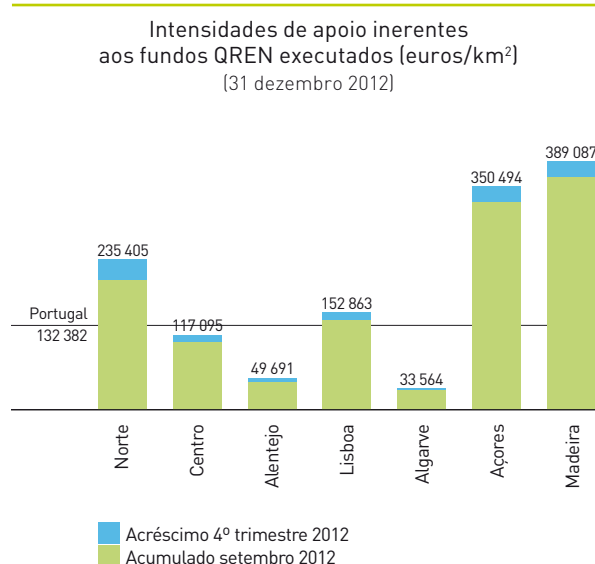
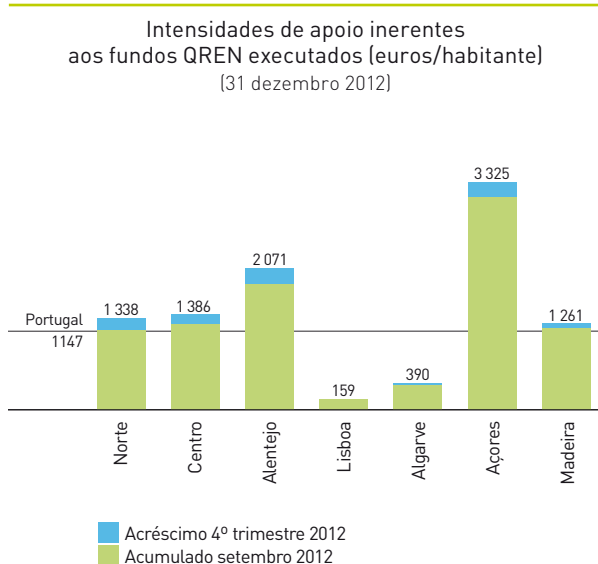


registam o valor mais elevado no que respeita à intensidade de apoio inerente ao volume de execução, com a diferença face às restantes regiões a ser atenuada quando se relativiza pela área (e não pela população). Contudo, nenhum destes denominadores – população e área – capta a questão específica associada à necessidade de um maior peso de investimento público nesta região, que deriva da configuração do arquipélago (e.g. transporte inter-ilhas e garantia de níveis de serviço à população independente da dimensão da procura).

Entre as regiões convergência do Continente, o Alentejo regista o maior volume de fundos executados per capita, devido sobretudo à concentração de grandes projetos de investimento público (e.g. ligação ferroviária Sines - Elvas e empreendimento de fins múltiplos de Alqueva) numa região com baixa densidade populacional, tal como espelha a inversão de posições quando se analisa o rácio de execução por área.

Aprofundando a distribuição regional de cada um dos PO Temáticos nas regiões convergência do Continente, através da relativização desses apoios pela população, no caso do PO PH, pelo número de empresas existentes na região, no caso do PO FC, e por área, no caso do PO VT, conclui-se que:

i) as intensidades de apoio regional do PO PH variam entre 549 €/habitante no Alentejo e 508 €/habitante no

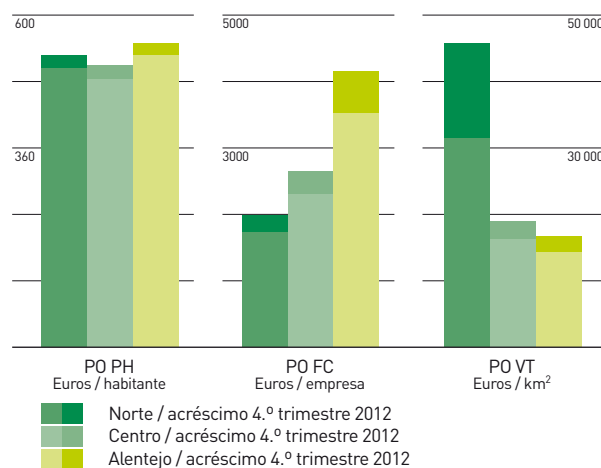


- Centro;
- ii) o Alentejo surge com uma intensidade de apoio no âmbito do PO FC significativamente superior à das restantes regiões, o que decorre da execução de alguns grandes projetos de investimento de inovação produtiva numa região com uma fraca densidade empresarial (ver quadro de grandes projetos em anexo);
 - iii) a região Norte surge com o valor mais elevado na relativização dos apoios executados do PO VT pela área da região, para o qual contribuem as grandes infraestruturas da conectividade, designadamente, o Metro do Porto e a Autoestrada Transmontana.

Para além da execução cujo investimento é diretamente imputável a cada uma das regiões convergência, há ainda investimento executado que não se encontra afeto exclusivamente a uma destas regiões, sendo, deste modo, classificado como multiregional convergência ou não regionalizado, representando 5% do montante total executado até final de 2012.

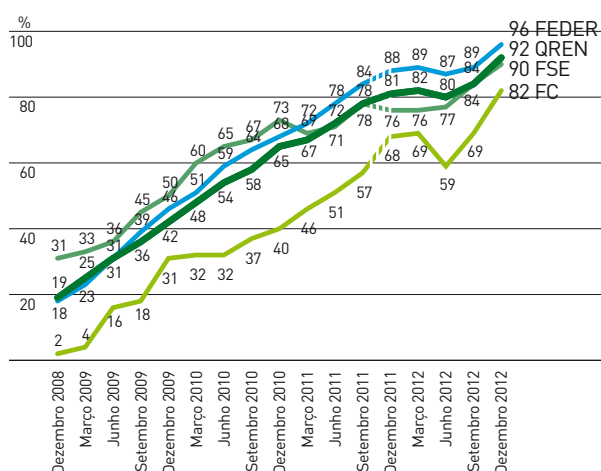
Exemplos de tipologias de projetos nesta situação nos 3 PO Temáticos, para além das operações associadas à Assistência Técnica dos próprios PO, são: no PO PH, as bolsas de doutoramento em instituições estrangeiras no âmbito da formação avançada (eixo 4) ou o programa de estágios internacionais de jovens quadros

Intensidades de apoio nas regiões convergência do Continente inerentes aos fundos executados nos PO temáticos
(31 dezembro 2012)



no âmbito do INOV Contacto (eixo 5); no PO FC, projetos que abrangem duas ou mais regiões convergência no âmbito dos sistemas de incentivos a empresas (eixo 1 e 2), do sistema de apoio à modernização administrativa (eixo 4) ou do sistema de apoio a ações coletivas (Eixo 5); e no PO VT, o projeto de equipamentos terminais de comunicação de tecnologia digital TETRA do SIRESP (Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal).

Evolução trimestral da taxa de compromisso por Fundos



Em 31 de dezembro de 2012, mais de 90% das verbas do QREN estavam comprometidas...

No final do ano de 2012, 92% das verbas do QREN estavam comprometidas para financiamento dos projetos aprovados nos diversos PO, mais 8 p.p. que no final do terceiro trimestre de 2012.

Este acréscimo, no montante de 1.729 M€ no fundo aprovado resulta, no essencial, de novas aprovações efetuadas no PO VT (+607 M€, sendo 404 M€ no eixo 11, dos quais 321 M€ referentes às aprovações dos projetos da Autoestrada Transmontana, Linha da Beira Baixa e modernização da Linha de Sintra, 215 M€ no eixo 15, relativo a operações de requalificação da rede de escolas com ensino secundário, e 43 M€ de rescisões e anulações no eixo 12) e no PO PH (+481 M€, sendo 382 M€ no eixo 1, maioritariamente referente aos cursos profissionais e 60 M€ no eixo 6, relativos aos programas integrados de promoção do sucesso educativo).

De salientar que a aplicação do reforço da taxa de cofinanciamento para 85% nas operações promovidas por entidades públicas (sobretudo as que consolidam para efeitos de contabilidade nacional) e aprovadas até ao final do primeiro semestre de 2012, traduziu-se, no final do ano, num acréscimo na ordem dos 480 M€ de fundo aprovado, com uma redução equivalente de

Aprovações ao abrigo do mecanismo de efeitos de difusão (*spill-over effect*)

No âmbito do QREN, a territorialização dos investimentos apoiados é efetuada, em regra, em função da localização física dos investimentos materiais ou, no caso dos investimentos imateriais, da localização da entidade beneficiária.

Em casos excecionais em que os destinatários que usufruem das intervenções estão geograficamente dissociados da localização dos investimentos e dos seus promotores, estão previstos no QREN critérios distintos de territorialização das intervenções. Entre eles, incluem-se as regras de territorialização das operações com relevante efeito de difusão (*"spill-over effect"*), que se aplicam exclusivamente às tipologias:

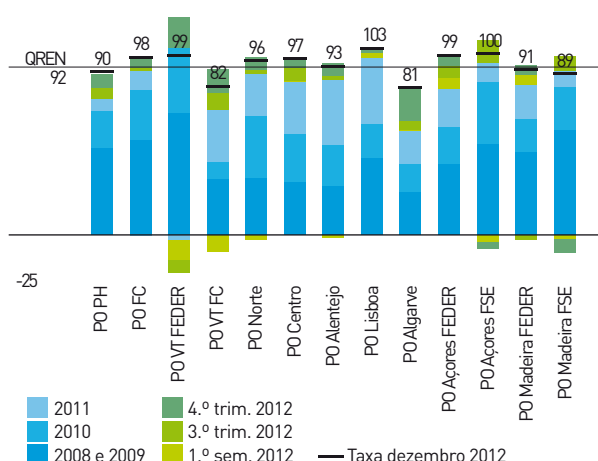
- Apoio a consórcios de I&DT entre empresas e entidades do Sistema Científico e Tecnológico (eixo 1 do PO FC);
- Administração pública eficiente e de qualidade (eixo 4 do PO FC);
- Formações estratégicas para a gestão e inovação na administração pública (eixo 3 do PO PH).

Para além de se cingirem a estas tipologias, estas regras definem ainda restrições adicionais, quer ao nível da participação obrigatória de empresas das regiões convergência nos consórcios de I&DT, quer ao nível do montante do investimento elegível no caso das operações relativas à administração pública (apenas se considera elegível a percentagem do custo total do projeto que corresponde à proporção da população residente nas regiões convergência).

Até ao final de 2012, as operações com relevante efeito de difusão representavam, nestes dois Programas:

- 209 M€ de FEDER comprometido no PO FC, o que corresponde a 6,6% da dotação total do PO e a 6,7% do montante FEDER aprovado até esta data no PO;
- 8,5 M€ de FSE comprometido no PO PH, o que corresponde a 0,1% da dotação FSE total do PO e do montante de FSE aprovado até à data no PO.

Evolução da taxa de compromisso por Programa Operacional (%)

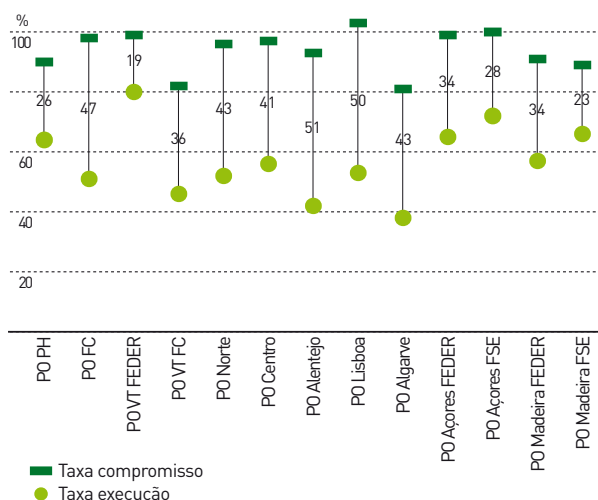


O compromisso registado no final de dezembro de 2012 representa um volume de 50.811 operações aprovadas, as quais implicam um investimento total 32.741 M€ e uma comparticipação de fundos comunitários prevista de 19.788 M€. A despesa pública (fundos comunitários mais contrapartida pública nacional) associada às candidaturas aprovadas é de 24.474 M€.

Até final de 2012, foram submetidas mais de 114 mil candidaturas ao conjunto dos PO, o que representa uma média de cerca de 1.900 candidaturas por mês (tendo em conta que os concursos do QREN abriram no final de 2007). Mais de metade deste volume global de candidaturas concentra-se no PO PH.

...mantendo-se relevantes diferenciais entre compromisso e execução

Diferencial entre taxas de compromisso e taxas de execução por PO (31 dezembro 2012)



Em 31 de dezembro de 2012, o diferencial entre compromisso e execução no QREN era de 35 p.p., menos 1 p.p. que no final do trimestre anterior e menos 7 p.p. que no final de 2011. A diferença registada entre a taxa de compromisso e a taxa de execução era mais acentuada no FEDER (41 p.p.) do que no FC (36 p.p.) ou no FSE (26 p.p.). O aumento do diferencial registado no quarto trimestre no Fundo de Coesão (+2 p.p.) deve-se à decisão de novas aprovações de dimensão financeira relevante no eixo 11 do PO VT.

No entanto, este diferencial reflete já uma redução em relação ao verificado no final de 2011, de 11 p.p. no FC e de 9 p.p. no FEDER, e 1 p.p. no FSE. Em relação ao FC, a evolução verificada está relacionada, em grande parte, com a descativação do projeto da Rede Ferroviária de Alta Velocidade.

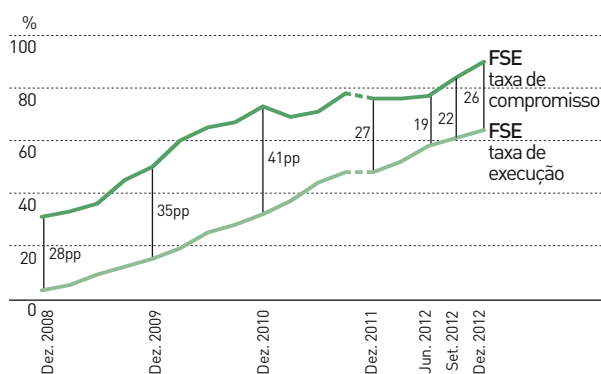
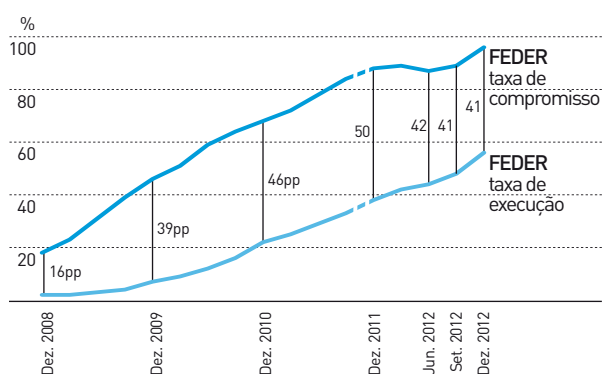
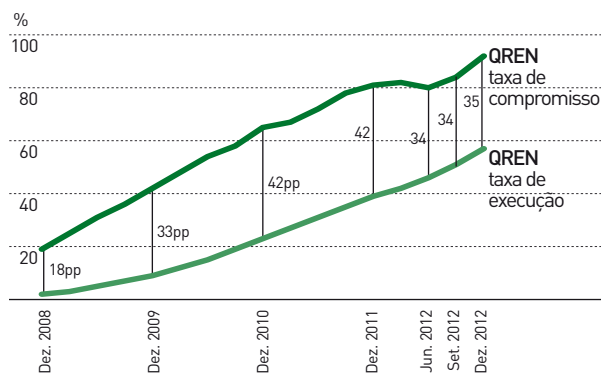
Ao nível dos PO a situação é bastante diferenciada, embora se tenham já verificado decréscimos significativos dos compromissos, nomeadamente na sequência da aplicação da RCM n.º 33/2012 de 15 de março⁸. Continuam a relevar os elevados diferenciais

contrapartida pública nacional.

A maioria dos PO revela níveis de compromisso acima ou em linha com a média QREN. Constituem exceções, o PO VT na vertente Fundo de Coesão (82%), o PO Algarve (81%) e os PO que, no final de dezembro de 2012, se encontravam em situação de overbooking (PO Lisboa com 103%), ou com níveis de compromisso na ordem dos 100% (PO Açores FEDER, PO Açores FSE, PO VT vertente FEDER e PO FC).

8 RCM que determina às autoridades de gestão dos PO temáticos e dos PO Regionais do Continente do QREN que procedam à rescisão dos contratos de financiamento ou das decisões de aprovação relativas às operações aprovadas há mais de seis meses sem evidência de início da sua execução física e financeira, bem como à reavaliação, com vista à rescisão, das operações aprovadas há mais de seis meses com uma execução financeira inferior a 10%.

Evolução do diferencial entre a taxa de compromisso e a taxa de execução



existentes entre nível de compromisso e nível de execução em vários Programas, com destaque para os que apresentam diferencial igual ou acima de 50 p.p.: o PO Lisboa (50 p.p.) e o PO Alentejo (51 p.p.).

Reprogramação aprovada pela Comissão Europeia em dezembro 2012

Em **dezembro de 2012** foi aprovada pela Comissão Europeia a reprogramação de 2012 do QREN e dos Programas Operacionais, a qual teve em conta as orientações da Comissão Interministerial de Orientação Estratégica dos Fundos Comunitários e Extracomunitários, no sentido da sua adequação às condições económicas e financeiras vigentes, bem como às prioridades de ajustamento estrutural, preconizado no Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF).

As **principais linhas de intervenção** desenvolvidas nesta reprogramação foram subordinadas às seguintes prioridades: (i) contribuir para a consolidação das contas públicas, por via da maximização da componente comunitária de financiamento das operações do QREN; (ii) estimular a produção de bens e serviços transacionáveis e as condições gerais de financiamento das empresas, nomeadamente das que contribuam para a melhoria da balança externa; (iii) reforçar os apoios à formação de capital humano, designadamente nas áreas da educação, ciência e da formação profissional certificada; e (iv) promover ações de apoio e valorização de jovens à procura de emprego e de desempregados.

O **modelo global da reprogramação** concretizou-se através dos seguintes vetores:

- Reforço dos apoios ao emprego e aos desempregados, em particular dos jovens;
- Reforço dos recursos destinados a estimular o investimento das empresas;
- Reforço dos recursos destinados à formação dual de dupla certificação dos jovens, no quadro do combate ao abandono escolar precoce;
- Reforço dos apoios à inclusão social de grupos particularmente vulneráveis;
- Reforço dos apoios à I&DT, à formação avançada e ao alargamento da base social do ensino superior;
- Adequação de fundos para projetos de infraestruturas às condições de concretização física e financeira dos investimentos públicos;

- Reforço das taxas de cofinanciamento, como forma de acelerar a concretização do investimento público num contexto de forte consolidação orçamental.

As principais alterações ao nível da programação financeira dos Programas Operacionais, decorrentes das prioridades e vetores definidos, foram as seguintes:

No **PO PH** procedeu-se a uma reafectação de verbas entre eixos, sendo reforçadas as medidas de formação inicial (+164 M€, eixo 1), de formação avançada (+203 M€, eixo 4), de apoio ao emprego, para financiamento, designadamente, da iniciativa Impulso Jovem (+56,3 M€, eixo 5), e de inclusão social (+174 M€, eixo 6), por via de uma redução na dotação da formação contínua para empregados (-561,1 M€, eixo 2) e da formação para empresas (-36,2 M€, eixo 3). Aos novos projetos do eixo 1 e aos novos projetos titulados por entidades de natureza privada do eixo 2 as taxas de cofinanciamento a aplicar passam para 85%.

No **PO FC** procedeu-se a um reforço da dotação financeira global em 70 M€, por forma a assegurar uma maior dotação disponível destinada ao SAESCTN (+123,5 M€, eixo 1), e ao financiamento do programa Revitalizar, de fundos de capital de risco e de outros instrumentos de engenharia financeira (+52,5 M€, eixo 3). Procedeu-se ainda a uma redução da dotação dos sistemas de incentivos às empresas (-13,5 M€, eixo 2, sendo que na anterior reprogramação este eixo foi reforçado em +446 M€), da dotação do SAMA (-50 M€, eixo 4) e da dotação relativa às ações coletivas (-42,5 M€, eixo 5).

Os **PO Regionais do Norte, Centro e Alentejo** contribuíram para o reforço da dotação financeira do PO FC (-50 M€ no PO Norte, -5 M€ no PO Centro e -15 M€ no PO Alentejo), tendo-se procedido a uma reafectação de dotações entre eixos, visando um reforço dos recursos destinados a estimular o investimento das empresas, e uma redução das dotações dos eixos da Valorização do Espaço Regional e da Coesão Local e Urbana, tendo em conta a libertação de compromissos aí registados e a estimativa de quebras

futuras subjacente, nomeadamente, ao acordo aprovado entre o Governo e a ANMP. Os montantes libertados serão predominantemente afetos aos programas Impulso Jovem e à requalificação da rede de equipamentos escolares. Procedeu-se também à concentração da elegibilidade do fundo JESSICA nos PO Regionais do Continente, implicando a transição para os POR Norte, Centro e Alentejo do financiamento deste fundo atualmente aprovado no PO VT (a acomodar nas dotações atuais dos PO). Esta transição permite que a dotação do JESSICA, até aqui financiada pelo PO VT, possa assumir a total amplitude de elegibilidades das dotações do JESSICA financiadas pelos PO Regionais, alargando, por exemplo, a elegibilidade à área da eficiência energética.

No **PO VT** procedeu-se à reorientação das prioridades de intervenção do Fundo de Coesão, com reforço dos investimentos na área ambiental (+135 M€) e nos eixos destinados às Regiões Autónomas, tendo em vista assegurar o apoio ao reordenamento das ribeiras na Região Autónoma da Madeira (+135 M€) e o apoio a investimentos no tratamento e valorização de resíduos na Região Autónoma dos Açores (+65 M€), por contrapartida de uma diminuição da dotação das acessibilidades (-335 M€), a qual tem na sua origem a redefinição da estratégia de investimentos ferroviários e rodoviários, na sequência do exigente processo de ajustamento orçamental no âmbito do PAEF, bem como da reponderação dos investimentos públicos a realizar tendo como objetivo atingir as metas previstas em matéria de consolidação orçamental. A concentração da elegibilidade do fundo JESSICA nos PO Regionais do Continente, libertando verbas no PO VT, veio permitir o reforço do financiamento dos equipamentos escolares neste Programa.

No **PO Madeira FEDER** procedeu-se a uma reafectação de 10 M€ do eixo 2 para o eixo 4 e a uma transferência de 10 M€ (provenientes em 5 M€ do eixo 1 e em 5 M€ do eixo 3) para o **PO Madeira FSE**, destinado ao eixo 2 deste PO, para reforço financeiro das medidas ativas de emprego.





Informação



Processo de Seleção

Programa Operacional	Dotação de Fundo	Total de concursos/periódos de candidatura			Concursos/periódos de candidatura em aberto		Concursos/periódos de candidatura encerrados		Tempos médios de decisão*		
		Número	Fundo comunitário a concurso	% da Dotação de Fundo	Número	Fundo comunitário a concurso	Número	Fundo comunitário a concurso	Dos quais, Decididos	Previsto	Efectivo
	mil euros		mil euros			mil euros		mil euros	Nº	dias	dias
QREN	21 411 561	2 245	15 504 461	n.a.	164	228 202	2 081	15 276 259	1 852	82	124
PO Temáticos	13 969 342	503	9 288 235	n.a.	21	90 900	482	9 197 335	421	92	142
PO Potencial Humano	6 453 009	232	n.a.	n.a.	0	n.a.	232	n.a.	215	60	112
PO Fatores de Competitividade	3 173 789	191	3 068 335	97%	18	61 500	173	3 006 835	147	83	132
PO Valorização do Território	4 342 544	80	6 219 900	143%	3	29 400	77	6 190 500	59	132	183
PO Regionais do Continente	5 693 853	1 408	6 216 226	109%	62	137 302	1 346	6 078 924	1 189	83	154
PO Norte	2 661 645	381	2 786 190	105%	19	61 187	362	2 725 003	298	91	199
PO Centro	1 696 633	367	1 668 578	98%	7	13 494	360	1 655 084	333	77	184
PO Alentejo	853 934	387	1 106 301	130%	10	27 700	377	1 078 601	332	87	177
PO Lisboa	306 689	106	372 261	121%	6	10 000	100	362 261	92	85	101
PO Algarve	174 952	167	282 896	162%	20	24 920	147	257 976	134	73	107
PO Regiões Autónomas	1 602 277	331	n.a.	n.a.	78	n.a.	253	n.a.	242	92	111
PO Açores - FEDER	966 349	36	n.a.	n.a.	36	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	126	127
PO Açores - FSE	190 000	174	n.a.	n.a.	0	n.a.	174	n.a.	163	60	99
PO Madeira - FEDER	310 549	42	n.a.	n.a.	42	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	90	147
PO Madeira - FSE	135 379	79	n.a.	n.a.	0	n.a.	79	n.a.	79	90	71
PO de Assistência Técnica	146 088	3	n.a.	n.a.	3	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	50	51
POAT FEDER	71 088	3	n.a.	n.a.	3	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	40	12
POAT FSE	75 000	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	60	90

* No caso específico do PO Assistência Técnica FSE o tempo médio de decisão tem em conta que a comunicação da decisão aos beneficiários é feita após homologação da tutela.

Programa Operacional	Candidaturas apresentadas			Candidaturas aprovadas*					
	Número	Investimento / custo total previsto mil euros	Investimento / custo médio por candidatura mil euros	Número	Investimento / custo total mil euros	Investimento / custo elegível mil euros	Despesa Pública mil euros	Fundo Comunitário mil euros	Investimento / custo médio por candidatura mil euros
QREN	114 247	86 321 502	756	52 923	42 112 574	36 448 830	28 804 723	23 100 354	796
PO Temáticos	81 893	59 475 869	726	36 142	27 312 738	24 767 131	18 842 238	15 025 068	756
PO Potencial Humano	62 828	28 335 642	451	29 498	9 898 179	9 898 179	9 608 951	6 991 173	336
PO Fatores de Competitividade	17 506	20 249 682	1 157	5 818	10 920 261	9 404 117	4 046 149	3 721 632	1 877
PO Valorização do Território	1 559	10 890 546	6 986	826	6 494 297	5 464 835	5 187 137	4 312 262	7 862
PO Regionais do Continente	24 341	22 233 227	913	11 995	11 970 751	9 063 273	7 806 789	6 302 702	998
PO Norte	11 625	9 084 693	781	5 658	4 519 743	3 840 349	3 395 714	2 815 988	799
PO Centro	6 636	6 911 434	1 042	3 520	4 441 240	2 804 801	2 477 656	2 024 954	1 262
PO Alentejo	2 930	2 843 630	971	1 580	1 585 850	1 371 073	1 139 730	958 206	1 004
PO Lisboa	2 285	2 570 479	1 125	849	1 013 775	728 819	573 836	346 478	1 194
PO Algarve	865	822 991	951	388	410 142	318 231	219 852	157 077	1 057
PO Regiões Autónomas	7 479	4 419 662	591	4 539	2 685 371	2 475 715	2 014 426	1 652 480	592
PO Açores - FEDER	2 000	2 086 366	1 043	1 132	1 354 719	1 287 928	1 152 882	955 730	1 197
PO Açores - FSE	1 384	438 579	317	789	277 384	277 384	276 587	234 722	352
PO Madeira - FEDER	2 764	1 561 682	565	1 845	868 677	725 811	402 015	315 554	471
PO Madeira - FSE	1 331	333 035	250	773	184 592	184 592	182 942	146 475	239
PO de Assistência Técnica	534	192 743	361	247	143 714	142 711	141 271	120 103	582
POAT FEDER	38	51 416	1 353	35	51 332	50 329	50 329	42 803	1 467
POAT FSE	496	141 327	285	212	92 382	92 382	90 942	77 301	436

* Na ótica do processo de seleção, os Programas de Ação (programas integrados que envolvem várias operações da responsabilidade de diversos parceiros, as quais devem corresponder a intervenções coerentes entre si e integradas), são contabilizados como unidades de análise. Assim sendo, as operações individuais que corporizam os referidos Programas de Ação não estão isoladamente consideradas.

Programa Operacional	Taxa de admissibilidade		Taxa de aprovação bruta		Taxa de aprovação líquida		Contratos/termos de aceitação assinados		Taxa de contratação	
	Candidaturas	Investimento / custo total	Candidaturas	Investimento / custo total	Candidaturas	Investimento / custo total	Número	Fundo comunitário	Candidaturas	Fundo Comunitário
	%	%	%	%	%	%		mil euros	%	%
QREN	87%	88%	60%	64%	75%	83%	49 596	21 442 642	94%	93%
PO Temáticos	85%	88%	52%	60%	65%	77%	35 176	13 955 480	97%	93%
PO Potencial Humano	95%	95%	49%	35%	52%	49%	29 156	6 848 315	99%	98%
PO Fatores de Competitividade	91%	88%	42%	74%	46%	86%	5 220	3 314 256	90%	89%
PO Valorização do Território	69%	80%	66%	71%	97%	96%	800	3 792 909	97%	88%
PO Regionais do Continente	74%	74%	59%	60%	82%	85%	9 964	5 726 477	83%	91%
PO Norte	79%	77%	59%	58%	82%	85%	4 692	2 617 745	83%	93%
PO Centro	77%	83%	64%	70%	84%	85%	2 930	1 838 655	83%	91%
PO Alentejo	75%	77%	68%	70%	93%	96%	1 398	834 780	88%	87%
PO Lisboa	71%	68%	45%	43%	65%	65%	653	313 264	77%	90%
PO Algarve	70%	65%	58%	57%	84%	92%	291	122 033	75%	78%
PO Regiões Autónomas	97%	99%	61%	62%	77%	83%	4 209	1 640 581	93%	99%
PO Açores - FEDER	95%	97%	61%	74%	96%	98%	1 132	955 730	100%	100%
PO Açores - FSE	98%	99%	57%	64%	61%	79%	762	233 016	97%	99%
PO Madeira - FEDER	98%	99%	67%	56%	92%	88%	1 548	305 929	84%	97%
PO Madeira - FSE	99%	99%	58%	56%	59%	70%	767	145 906	99%	100%
PO de Assistência Técnica	100%	99%	71%	83%	72%	85%	247	120 103	100%	100%
POAT FEDER	100%	100%	100%	100%	100%	100%	35	42 803	100%	100%
POAT FSE	99%	99%	43%	65%	44%	69%	212	77 301	100%	100%

Execução Financeira

Programa Operacional	Programação Financeira 2007-2013 (PR)				Aprovações* (AP)			
	Financiamento Total	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Número	Investimento/ custo total	Investimento/ custo elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário
	mil euros	mil euros	mil euros		mil euros	mil euros	mil euros	mil euros
QREN	28 729 993	25 926 886	21 411 561	50 811	32 741 274	29 381 014	24 473 693	19 787 939
FSE	9 288 018	9 245 018	6 853 388	31 272	8 612 990	8 612 990	8 372 005	6 191 813
FEDER	15 842 016	13 146 909	11 498 207	18 986	20 280 012	17 613 615	13 088 223	11 091 831
Fundo de Coesão	3 599 959	3 534 959	3 059 966	553	3 848 271	3 154 408	3 013 465	2 504 295
PO Temáticos	19 452 906	17 214 202	13 969 342	35 373	21 353 023	19 437 547	15 882 806	12 695 419
PO Potencial Humano - FSE	8 761 405	8 761 405	6 453 009	29 498	8 156 500	8 156 500	7 919 105	5 815 318
PO Fatores de Competitividade - FEDER	5 582 552	3 409 558	3 173 789	5 100	7 613 449	6 569 446	3 400 723	3 105 094
PO Valorização do Território - FEDER e FC	5 108 950	5 043 239	4 342 544	775	5 583 074	4 711 601	4 562 978	3 775 007
PO VT - FEDER	1 508 990	1 508 280	1 282 579	222	1 734 803	1 557 193	1 549 513	1 270 712
PO VT - FC	3 599 959	3 534 959	3 059 966	553	3 848 271	3 154 408	3 013 465	2 504 295
PO Regionais do Continente	7 055 963	6 534 561	5 693 853	10 839	8 777 760	7 527 380	6 584 316	5 443 627
PO Norte - FEDER	3 215 062	3 045 870	2 661 645	4 737	3 907 599	3 402 509	3 061 283	2 545 869
PO Centro - FEDER	2 108 666	1 906 666	1 696 633	3 298	2 545 008	2 147 470	1 917 229	1 645 595
PO Alentejo - FEDER	1 054 531	954 320	853 934	1 534	1 236 418	1 090 027	936 994	793 696
PO Lisboa - FEDER	421 878	421 878	306 689	927	745 802	599 923	472 728	316 821
PO Algarve - FEDER	255 826	205 826	174 952	343	342 933	287 452	196 083	141 647
PO Regiões Autónomas	2 049 255	2 006 255	1 602 277	4 352	2 488 509	2 294 926	1 886 936	1 547 180
PO Açores - FEDER	1 190 905	1 190 905	966 349	1 132	1 354 719	1 287 928	1 152 882	955 730
PO Açores - FSE	266 353	226 353	190 000	789	224 930	224 930	224 282	189 564
PO Madeira - FEDER	419 972	419 972	310 549	1 658	757 374	630 582	359 703	281 722
PO Madeira - FSE	172 025	169 025	135 379	773	151 486	151 486	150 069	120 164
PO Assistência Técnica	171 868	171 868	146 088	247	121 982	121 160	119 635	101 712
PO Assistência Técnica - FEDER	83 633	83 633	71 088	35	41 908	41 086	41 086	34 946
PO Assistência Técnica - FSE	88 235	88 235	75 000	212	80 074	80 074	78 549	66 767

* Na ótica da execução financeira, não são considerados os Programas de Ação mas apenas as operações concretas que os integram.

Programa Operacional	Despesa validada (VAL)		Pagamentos aos beneficiários (PG)		Indicadores financeiros (Fundo)					
	Investimento/custo elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Taxa de compromisso [AP/PR]*	Taxa de execução [VAL/PR]	Taxa de realização [VAL/AP]*	Taxa de pagamento [PG/AP]*	Taxa de reembolso [PG/VAL]	Rácio pagamento/programado [PG/PR]
	mil euros	mil euros	mil euros	mil euros	%	%	%	%	%	%
QREN	18 065 952	15 314 528	12 191 104	12 312 786	92,4%	56,9%	61,6%	62%	101%	58%
FSE	6 187 559	6 066 878	4 394 106	4 230 396	90%	64%	71%	68%	96%	62%
FEDER	10 140 695	7 624 779	6 400 570	6 675 015	96%	56%	58%	60%	104%	58%
Fundo de Coesão	1 737 698	1 622 871	1 396 427	1 407 376	82%	46%	56%	56%	101%	46%
PO Temáticos	12 516 447	10 360 653	8 148 599	8 091 172	91%	58%	64%	64%	99%	58%
PO Potencial Humano - FSE	5 852 012	5 733 366	4 117 003	3 966 065	90%	64%	71%	68%	96%	61%
PO Fatores de Competitividade - FEDER	3 671 187	1 755 835	1 609 661	1 681 616	98%	51%	52%	54%	104%	53%
PO Valorização do Território - FEDER e FC	2 993 248	2 871 452	2 421 934	2 443 490	87%	56%	64%	65%	101%	56%
PO VT - FEDER	1 255 550	1 248 581	1 025 507	1 036 114	99%	80%	81%	82%	101%	81%
PO VT - FC	1 737 698	1 622 871	1 396 427	1 407 376	82%	46%	56%	56%	101%	46%
PO Regionais do Continente	3 953 545	3 603 776	2 939 893	3 094 031	96%	52%	54%	57%	105%	54%
PO Norte - FEDER	1 812 708	1 678 651	1 393 124	1 427 493	96%	52%	55%	56%	102%	54%
PO Centro - FEDER	1 221 312	1 133 440	957 359	981 900	97%	56%	58%	60%	103%	58%
PO Alentejo - FEDER	476 467	427 700	359 490	449 647	93%	42%	45%	57%	125%	53%
PO Lisboa - FEDER	299 474	261 382	162 720	168 485	103%	53%	51%	53%	104%	55%
PO Algarve - FEDER	143 585	102 604	67 200	66 506	81%	38%	47%	47%	99%	38%
PO Regiões Autónomas	1 509 730	1 263 958	1 029 376	1 053 314	97%	64%	67%	68%	102%	66%
PO Açores - FEDER	838 369	763 293	626 426	653 028	99%	65%	66%	68%	104%	68%
PO Açores - FSE	163 052	162 495	137 250	124 040	100%	72%	72%	65%	90%	65%
PO Madeira - FEDER	394 972	226 222	176 055	186 435	91%	57%	62%	66%	106%	60%
PO Madeira - FSE	113 337	111 948	89 644	89 810	89%	66%	75%	75%	100%	66%
PO de Assistência Técnica	86 229	86 140	73 237	74 270	70%	50%	72%	73%	101%	51%
PO Assistência Técnica - FEDER	27 072	27 072	23 028	23 790	49%	32%	66%	68%	103%	33%
PO Assistência Técnica - FSE	59 158	59 069	50 209	50 480	89%	67%	75%	76%	101%	67%

* Desde a edição de dezembro de 2010 que os indicadores relativos às aprovações deixaram de contabilizar os montantes associados aos Programas de Ação.

NUTS II	Operações aprovadas (AP)					Despesa validada				
	Investimento/custo total	Investimento/custo elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	% em coluna	Investimento/custo elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	% em coluna	Taxa de realização de fundo (EX/AP)
	(mil euros)	(mil euros)	(mil euros)	(mil euros)		(mil euros)	(mil euros)	(mil euros)		%
QREN	32 741 274	29 381 014	24 473 693	19 787 939	100,0%	18 065 952	15 314 528	12 191 104	100%	62%
Norte	12 817 141	11 549 406	9 826 066	7 988 547	40%	7 167 231	6 246 705	5 010 507	41%	63%
Centro	9 160 382	8 193 041	6 617 295	5 438 532	27%	5 050 340	4 108 165	3 302 130	27%	61%
Alentejo	4 630 453	4 124 787	3 194 350	2 656 019	13%	2 437 919	1 907 713	1 567 807	13%	59%
Lisboa	1 543 017	1 267 639	1 111 342	765 920	4%	744 031	685 363	448 623	4%	59%
Algarve	584 174	510 179	411 286	294 268	1%	291 540	246 526	167 685	1%	57%
Açores	1 713 903	1 637 081	1 501 386	1 250 883	6%	1 060 446	984 814	813 847	7%	65%
Madeira	979 103	849 733	577 417	459 385	2%	562 380	392 239	311 659	3%	68%
Multirregional convergência	1 275 705	1 211 825	1 197 228	902 659	5%	724 097	715 036	545 072	4%	60%
Não regionalizado	37 396	37 324	37 324	31 725	0,2%	27 969	27 969	23 773	0,2%	75%
PO Potencial Humano	8 156 500	8 156 500	7 919 105	5 815 318	100,0%	5 852 012	5 733 366	4 117 003	100%	71%
Norte	3 890 159	3 890 159	3 783 167	2 794 090	48%	2 792 826	2 743 009	1 979 245	48%	71%
Centro	2 369 444	2 369 444	2 297 827	1 697 857	29%	1 708 824	1 674 541	1 210 850	29%	71%
Alentejo	820 984	820 984	797 777	581 868	10%	590 890	580 585	415 387	10%	71%
Lisboa	322 859	322 859	294 822	149 179	3%	247 758	227 651	115 191	3%	77%
Algarve	126 474	126 474	118 977	86 390	1%	99 684	95 652	69 453	2%	80%
Multirregional convergência	626 580	626 580	626 534	505 935	9%	412 030	411 929	326 876	8%	65%
Não regionalizado	0	0	0	0	0%	0	0	0	0%	0%
PO Fatores de Competitividade	7 613 449	6 569 446	3 400 723	3 105 094	100,0%	3 671 187	1 755 835	1 609 661	100%	52%
Norte	2 822 878	2 473 956	1 336 042	1 265 723	41%	1 324 502	700 308	662 489	41%	52%
Centro	2 894 469	2 463 928	1 192 783	1 131 508	36%	1 450 403	631 912	598 268	37%	53%
Alentejo	1 479 626	1 278 049	524 502	496 749	16%	754 470	283 709	264 117	16%	53%
Multirregional convergência	416 477	353 513	347 397	211 113	7%	141 812	139 906	84 788	5%	40%
Não regionalizado	0	0	0	0	0%	0	0	0	0%	0%
PO Valorização do Território	5 583 074	4 711 601	4 562 978	3 775 007	100%	2 993 248	2 871 452	2 421 934	100%	64%
Norte	2 196 505	1 782 783	1 645 573	1 382 866	37%	1 237 194	1 124 736	975 649	40%	71%
Centro	1 351 460	1 212 199	1 209 456	963 572	26%	669 801	668 272	535 652	22%	56%
Alentejo	1 093 426	935 727	935 077	783 706	21%	616 092	615 792	528 813	22%	67%
Lisboa	471 704	342 230	341 190	297 707	8%	194 959	194 420	169 148	7%	57%
Algarve	113 366	94 863	94 851	65 063	2%	47 293	47 293	30 202	1%	46%
Açores (Fundo de Coesão)	134 254	124 223	124 223	105 589	3%	59 025	59 025	50 171	2%	48%
Madeira (Fundo de Coesão)	68 180	65 622	65 622	55 778	1%	52 639	52 639	44 743	2%	80%
Multirregional convergência	116 783	116 631	109 662	89 000	2%	88 275	81 306	63 781	3%	72%
Não regionalizado	37 396	37 324	37 324	31 725	1%	27 969	27 969	23 773	1%	75%
PO Regionais	11 266 269	9 822 306	8 471 252	6 990 807	100%	5 463 275	4 867 735	3 969 268	100%	57%
Norte	3 907 599	3 402 509	3 061 283	2 545 869	36%	1 812 708	1 678 651	1 393 124	35%	55%
Centro	2 545 008	2 147 470	1 917 229	1 645 595	24%	1 221 312	1 133 440	957 359	24%	58%
Alentejo	1 236 418	1 090 027	936 994	793 696	11%	476 467	427 700	359 490	9%	45%
Lisboa	745 802	599 923	472 728	316 821	5%	299 474	261 382	162 720	4%	21%
Algarve	342 933	287 452	196 083	141 647	2%	143 585	102 604	67 200	2%	21%
Açores - FEDER	1 354 719	1 287 928	1 152 882	955 730	14%	838 369	763 293	626 426	16%	66%
Açores - FSE	224 930	224 930	224 282	189 564	3%	163 052	162 495	137 250	3%	72%
Madeira - FEDER	757 374	630 582	359 703	281 722	4%	394 972	226 222	176 055	4%	62%
Madeira - FSE	151 486	151 486	150 069	120 164	2%	113 337	111 948	89 644	2%	75%
PO Assistência Técnica FEDER	41 908	41 086	41 086	34 946	100%	27 072	27 072	23 028	100%	66%
PO Assistência Técnica FSE	80 074	80 074	78 549	66 767	100%	59 158	59 069	50 209	100%	75%

Indicadores de realização

Agenda Potencial Humano

Programa Operacional	Estabelecimentos de ensino apoiados (centros escolares do 1º ciclo do ensino básico)	Estabelecimentos de ensino apoiados (escolas dos 2º e 3º ciclo do ensino básico)	Estabelecimentos de ensino apoiados (escolas do ensino secundário)	Estabelecimentos de ensino apoiados (universidades e centros de formação)	N.º de formandos em modalidades de dupla certificação	N.º de formandos noutras modalidades de formação	N.º de adultos abrangidos por Centros Novas Oportunidades / em processo RVCC	N.º de bolseiros em acções de formação avançada	N.º de diplomados	N.º de adultos que obtiveram competências escolares e/ou profissionais certificadas	N.º de estágios apoiados	N.º de abrangidos em situação de desfavorecimento
	n.º	n.º	n.º	n.º	n.º	n.º	n.º	n.º	n.º	n.º	n.º	n.º
QREN	726	51	118	26	556 595	1 378 019	868 765	10 687	243 954	382 791	116 905	94 285
FSE	—	—	—	—	556 595	1 378 019	868 765	10 687	243 954	382 791	116 905	94 285
FEDER	726	51	118	26	—	—	—	—	—	—	—	—
Fundo de Coesão	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Temáticos	—	—	112	17	529 108	1 285 296	855 517	9 802	233 799	380 028	107 155	93 273
PO Potencial Humano	—	—	—	0	529 108	1 285 296	855 517	9 802	233 799	380 028	107 155	93 273
PO Fatores de Competitividade	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Valorização do Território	—	—	112	17	—	—	—	—	—	—	—	—
PO VT – FEDER	—	—	112	17	—	—	—	—	—	—	—	—
PO VT – FC	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Regionais do Continente	673	48	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Norte	334	23	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Centro	198	16	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Alentejo	70	9	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Lisboa	54	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Algarve	17	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Regiões Autónomas	53	3	6	9	27 487	92 723	13 248	885	10 155	2 763	9 750	1 012
PO Açores - FEDER	46	2	5	7	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Açores - FSE	—	—	—	0	19 073	35 991	5 411	162	6 938	569	6 042	—
PO Madeira - FEDER	7	1	1	2	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Madeira - FSE	—	—	—	0	8 414	56 732	7 837	723	3 217	2 194	3 708	1 012

— Não aplicável

Nota:

Nos indicadores onde se verifica uma redução face ao último trimestre, tal deve-se à rescisão de contratos, desistências e revogações.

Indicador “Estabelecimentos de ensino apoiados (universidades e centros de formação)”: no PO Açores a redução face a setembro 2012 deve-se à correção do valor dos centros de formação [5 e não 6].

Indicador “N.º de formandos em modalidades de dupla certificação”: n.º de formandos abrangidos ou previstos abranger em acções de formação que conferem dupla certificação, concluídas, em execução ou a iniciar (candidaturas contratualizadas /aprovadas e aceites); inclui Sistema de Aprendizagem, Escolas de Turismo, Ensino Profissional, Cursos de Educação e Formação de Jovens e de Adultos e Cursos de Especialização Tecnológica. Neste indicador, e no caso da formação de longa duração organizada em anos curriculares (ex: sistema de aprendizagem, ensino profissional), o n.º de formandos abrangido, ou previsto abranger, refere-se aos formandos que iniciaram o ciclo de formação e não a cada um dos anos do curso.

Indicador “N.º de bolseiros em acções de formação avançada”: n.º de bolseiros que estão a realizar, ou já concluíram, acções de formação avançada (p.ex. doutoramento e pós-doutoramento).

Agenda Fatores de Competitividade

Programa Operacional	Empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento (no âmbito dos sistemas de incentivos)	Investimento total previsto nos projetos de apoio a empresas (no âmbito dos sistemas de incentivos)	Investimento elegível previsto nos projetos de apoio a empresas (no âmbito dos sistemas de incentivos)	Novas empresas/start-up apoiadas (no âmbito dos sistemas de incentivos)	Novas empresas/start-up apoiadas em setores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia	Empresas apoiadas no âmbito dos mecanismos de engenharia financeira	Investimento total em I&D	Ações coletivas apoiadas	Lojas do cidadão /centros multi-serviços/balcão único apoiados
	n.º	mil euros	mil euros	n.º	n.º	n.º	mil euros	n.º	n.º
QREN	8 136	8 208 012	6 906 352	825	399	6 912	1 889 967	1 133	1 632
FSE	—	—	—	—	—	—	—	—	—
FEDER	8 136	8 208 012	6 906 352	825	399	6 912	1 889 967	1 133	1 632
Fundo de Coesão	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Temáticos	4 012	5 691 793	4 847 743	108	42	3 831	1 037 924	298	1 433
PO Potencial Humano	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Fatores de Competitividade	4 012	5 691 793	4 847 743	108	42	3 831	1 037 924	298	1 433
PO Valorização do Território	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO VT – FEDER	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO VT – FC	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Regionais do Continente	3 407	2 079 338	1 729 454	471	268	741	832 349	786	180
PO Norte	1 686	819 171	690 221	258	135	—	370 621	83	91
PO Centro	990	540 450	449 270	142	76	—	262 193	681	6
PO Alentejo	334	310 129	264 739	25	21	—	29 505	19	49
PO Lisboa	257	276 106	207 494	30	27	593	164 556	3	33
PO Algarve	140	133 482	117 729	16	9	148	5 474	0	1
PO Regiões Autónomas	717	436 881	329 154	246	89	2 340	19 694	49	19
PO Açores - FEDER	490	258 330	239 352	156	40	1 457	6 293	—	18
PO Açores - FSE	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Madeira - FEDER	227	178 551	89 802	90	49	883	13 401	49	1
PO Madeira - FSE	—	—	—	—	—	—	—	—	—

— Não aplicável

Nota:

Nos indicadores onde se verifica uma redução face ao último trimestre tal deve-se, regra geral, à rescisão de contratos, desistências e revogações.

Indicadores "Investimento total" e "Investimento elegível previsto nos projectos de apoio a empresas (no âmbito sistemas de incentivos)" - no PO Açores as reduções face a setembro de 2012 decorrem da reclassificação de um projeto, em termos de indicador, na sequência da reprogramação.

Indicador "Investimento total em I&D" - no PO Madeira a redução face a setembro de 2012 deve-se ao ajustamento de uma operação.

Indicador "Ações colectivas apoiadas" - no PO Centro a redução face a setembro de 2012 decorre de alteração de indicadores em 4 operações.

Agenda Valorização do Território

Programa Operacional	Km de novas estradas e estradas a reabilitar/intervencionar	Km de nova ferrovia ou de ferrovia a reabilitar/intervencionar	Km de rede de abastecimento de água (nova ou a reabilitar/intervencionar) nos sistemas em baixa e alta	Km de coletores de drenagem de águas residuais (nova ou a reabilitar/intervencionar)	Projetos de prevenção de riscos	Outros equipamentos apoiados, por tipologia de equipamento (saúde)	Outros equipamentos apoiados, por tipologia de equipamento (cultura)	Outros equipamentos apoiados, por tipologia de equipamento (desporto)	Outros equipamentos apoiados, por tipologia de equipamento (sociais)
	km	km	km	km	n.º	n.º	n.º	n.º	n.º
QREN	3 754,5	122,8	2 569,0	4 322,4	548	135	162	350	327
FSE	—	—	—	—	—	—	—	—	184
FEDER	3 607,2	0	665,9	696,8	222	135	162	350	143
Fundo de Coesão	147,3	122,8	1 903,1	3 625,6	326	—	—	—	—
PO Temáticos	147,3	122,8	1 903,1	3 625,6	326	0	7	84	184
PO Potencial Humano	—	—	—	—	—	—	—	—	184
PO Fatores de Competitividade	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Valorização do Território	147,3	122,8	1 903,1	3 625,6	326	0	7	84	0
PO VT – FEDER	—	—	—	—	—	0	7	84	0
PO VT – FC	147,3	122,8	1 903,1	3 625,6	326	—	—	—	—
PO Regionais do Continente	3 030,1	0	565,5	651,3	183	119	132	219	106
PO Norte	1 497,3	0	311,9	270,3	61	29	43	132	38
PO Centro	577,0	0	167,0	381,0	84	17	40	47	4
PO Alentejo	894,8	0	86,6	0,0	14	68	20	24	45
PO Lisboa	—	—	—	—	5	0	28	16	19
PO Algarve	61,0	—	—	—	19	5	1	—	0
PO Regiões Autónomas	577,1	—	100,5	45,6	39	16	23	47	37
PO Açores - FEDER	573,6	—	72,2	20,5	28	15	20	37	36
PO Açores - FSE	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PO Madeira - FEDER	3,5	—	28,3	25,1	11	1	3	10	1
PO Madeira - FSE	—	—	—	—	—	—	—	—	—

— Não aplicável

Nota:

Nos indicadores onde se verifica uma redução face ao último trimestre tal deve-se, regra geral, à rescisão de contratos, desistências e revogações.

Lista de Grandes Projetos notificados à Comissão Europeia

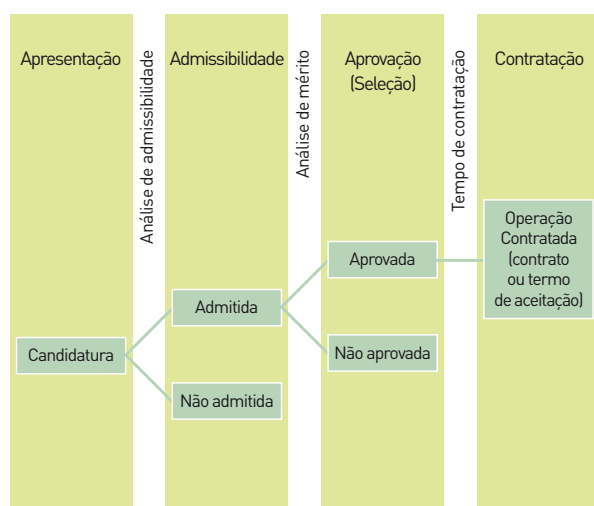
PO	Fundo	Designação do Grande Projeto	Beneficiário	Localização NUT III	Data de notificação	Data de decisão de aprovação	Custo Total (mil euros)	Montante Fundo (mil euros)	Aprovação
Factores de Competitividade	FEDER	Criação de uma unidade fabril	Swedwood Portugal - Indústria de Madeiras e Mobiliários, Lda	Tâmega	9-Jun-08	4-Nov-08	134 470	29 000	
		CELBI - Projecto de Expansão da Unidade Fabril	Celulose Beira Industrial (CELBI), S.A.	Baixo Mondego	7-Ago-08	25-Mai-09	320 083	51 645	
		E Operacional Estruturas Metálicas S.A. - Instalação de Unidade fabril em Évora	Embraer Portugal Estruturas Metálicas S.A.	Alentejo Central	20-Jan-09	16-Dez-10	117 143	47 733	
		CUF - Químicos Industriais, SA - Expansão da matéria-prima da fileira de poliuretanos de Estarreja	CUF - Químicos Industriais, S.A.	Baixo Vouga	27-Abr-09	8-Out-09	124 986	24 939	
		Repsol Polímeros, Lda. - Projecto de expansão em Sines	Repsol Polímeros, Lda.	Alentejo Litoral	7-Jul-09	Desistido	-	-	
		Artenius Sines PTA, S.A. - Projecto MegaPTA - Construção e operação de unidade fabril	Artlant PTA, S.A.	Alentejo Litoral	19-Ago-09	13-Jul-12	399 945	38 822	
		Sociedade Portuguesa do Ar Líquido, Lda. - Modernização e Redimensionamento do Complexo Industrial de Estarreja	Sociedade Portuguesa do Ar Líquido "AR LIQUIDO", Lda.	Centro	19-Ago-09	14-Dez-09	57 242	11 428	
		ALMINA - Minas do Alentejo, S.A.: Reactivação da actividade mineira em Aljustrel	ALMINA - Minas do Alentejo, S.A.	Baixo Alentejo	20-Ago-10	16-Set-11	103 884	31 875	
		Embraer Portugal Estruturas em Compósitos S.A.: Inst. e Expansão de Unidade Fabril em Évora	Embraer Portugal Estruturas em Compósitos S.A.	Alentejo Central	29-Dez-11	-	88 441	32 293	
		SOMINCOR, Sociedade Mineira de Neves Corvo, SA: Expansão da Capacidade Produtiva em Neves Corvo	SOMINCOR, Sociedade Mineira de Neves Corvo, S.A.	Baixo Alentejo	14-Mai-12	-	76 891	14 908	
Valorização do Território	Fundo de Coesão	CRIL - Buraca/ Pontinha	Estradas de Portugal, S.A.	Grande Lisboa	20-Mai-09	7-Abr-10	187 417	95 773	
		Ligação Ferroviária Sines / Elvas (Espanha) I: Variante de Alcácer (2ª fase)	Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E.	Alentejo Litoral	29-Set-09	-	134 570	64 843	
		Rede Ferroviária de Alta Velocidade em Portugal - Eixo Lisboa/Madrid: Sub-troço Poceirão/Évora	Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E.	Alentejo Central	12-Mar-10	Desistido	-	-	
		Ligação Ferroviária Sines / Elvas (Espanha) III: Modernização do troço Bombel e Vidigal a Évora	Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E.	Alentejo Central	24-Abr-12	-	124 757	57 718	
		Linha do Minho: Variante da Trofa	Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E.	Ave	14-Mai-12	-	77 565	26 345	
		Ramal de Ligação Ferroviária ao Porto de Aveiro	Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E.	Baixo Vouga	28-Mai-12	-	70 090	47 173	
		Extensão da Rede de Metro entre o Estádio do Dragão e Venda Nova	Metro do Porto, S.A.	Grande Porto	29-Jun-12	-	169 812	79 860	
		Projecto de Tratamento, Valorização e Destino Final dos RSU do Sistema Multimunicipal do Litoral Centro	ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	Centro	27-Jan-09	30-Nov-09	137 713	80 251	
		Águas do Ave - Alargamento do Sistema de Saneamento	Águas do Noroeste, S.A.	Norte	10-Jul-09	-	148 292	82 941	
		SIMARSUL - Sub-sistemas de Saneamento Barreiro/Moita e Seixal	SIMARSUL - Sist. Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Pen. de Setúbal, S.A.	Península de Setúbal	19-Out-09	-	61 240	15 000	
		Ligação Pisão-Roxo	EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.	Baixo Alentejo	18-Dez-09	18-Nov-10	67 714	50 397	
		Adutor Brinches-Enxoé	EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.	Baixo Alentejo	5-Fev-10	Desistido (1)	-	-	
		Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro - Saneamento do Douro - 7.ª Fase	Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro S.A.	Norte	29-Mar-10	Desistido (1)	-	-	
		Modernização e Requalificação de Escolas c/ Ensino secundário - Região Norte, Lote 3	Parque Escolar, E.P.E.	Norte	3-Ago-10	Não admissível (2)	-	-	
Centro	FEDER	Novo Hospital Pediátrico de Coimbra	Administração Regional de Saúde do Centro	Baixo Mondego	9-Fev-09	12-Nov-09	104 068	13 670	
Alentejo	FEDER	Criação de uma unidade industrial de biodisel	GREENCYBER S.A.	Alentejo Litoral	14-Jan-11	Desistido	-	-	
Proconvergência	FEDER	Aquisição de 2 navios p/ transporte inter ilhas de passageiros e viaturas	Atlanticoline, SA	Açores	6-Jun-08	Desistido	-	-	
Intervir +	FEDER	Instalação de um centro de rastreio de satélites e fornecimento de capacidade satelitar	Eutelsat Madeira, Unipessoal, Lda	Madeira	3-Mar-10	16-Dez-10	86 127	2 775	

1 - O custo total do projeto, inferior a 50 M€, não configura um Grande Projeto, pelo que foi apresentada a sua desistência.

2 - Por não se tratar de "ação indivisível" e, como tal, não carecer de aprovação da CE, os investimentos em causa caíam no âmbito das competências de aprovação da Autoridade de Gestão.

Conceitos e notas explicativas

Ciclo de vida das candidaturas
no âmbito do processo de seleção



Candidatura: Pedido formal de apoio financeiro público (nacional e/ou comunitário) apresentado pelo beneficiário à autoridade de gestão de um PO, com vista a garantir a realização de projetos elegíveis financiados no âmbito do PO. A candidatura formaliza-se através do preenchimento de um formulário tipo – no qual é, nomeadamente, descrita a operação a financiar, os seus objetivos, a sua sustentabilidade, o calendário de execução e a programação financeira – e demais documentação exigida para a sua instrução.

Candidatura apresentada: candidatura submetida a um concurso ou período de candidatura (fechado ou em contínuo/aberto). Nos casos de concursos ou períodos de candidatura fechados apenas se consideram as candidaturas submetidas dentro dos prazos estabelecidos nos respetivos avisos.

Candidatura admitida: candidatura apresentada que cumpre os requisitos de admissibilidade aplicáveis e que, portanto, é aceite pela autoridade de gestão para integrar o processo de seleção.

Candidatura aprovada: candidatura selecionada e com decisão de aprovação e consequente cofinanciamento¹.

O volume de candidaturas aprovadas é líquido de desistências (ocorridas na fase de audiência prévia e, como tal, antes de concluído o processo de aprovação)². Corresponde, em regra, à primeira decisão de aprovação, salvo nos casos em que tal não é possível de apurar (correspondendo aí à decisão de aprovação vigente, incluindo reprogramações).

Candidatura contratada: Candidatura aprovada que foi objeto de celebração de um contrato de financiamento com o beneficiário ou de assinatura por parte deste de termo de aceitação.

Candidatura desistida: candidatura apresentada e cujo processo de admissibilidade ou de aprovação não foi concluído por iniciativa do beneficiário, antes da comunicação de cofinanciamento.

Candidatura anulada: candidatura aprovada e cuja comunicação de cofinanciamento teve lugar mas, por iniciativa do beneficiário ou por incumprimento legal, não celebra o respetivo contrato.

Candidatura rescindida/revogada: candidatura aprovada com revogação da decisão de cofinanciamento após a celebração de contrato, independentemente de a rescisão ter sido promovida pelo beneficiário ou pela Autoridade de Gestão ou órgão equiparado.

Concurso ou período de candidatura: Fase de apresentação, admissão e seleção de candidaturas que dá origem a uma decisão de atribuição de financiamento às operações que vierem a ser aprovadas e contratadas pelos beneficiários. Respeitam às tipologias elegíveis num regulamento específico ou a um subconjunto destas, enquadradas num programa operacional e num eixo prioritário específico³. No caso dos concursos, existe sempre uma data de fecho previamente estabelecida e uma dotação orçamental de fundo comunitário a atribuir na sequência do inerente processo de seleção. No caso

que enquadram a possibilidade de existir execução de grandes projetos antes da sua aprovação formal pela Comissão Europeia, o momento de aprovação dos grandes projetos reflete a sua aprovação em termos nacionais.

2 Inclui, quando aplicável, os Programas de Ação (excluindo, nestes casos, as candidaturas individuais que os corporizam).

3 Com exceção do PO PH, onde os períodos de candidatura referentes a uma tipologia que abranja diversos objetivos (convergência, phasing-out e competitividade regional e emprego) e, consequentemente, eixos prioritários distintos do respetivo PO, são contabilizados apenas como um período de candidatura.

1 Inclui, quando aplicável, as candidaturas em fase de audiência prévia. No PO ATFSE a comunicação aos beneficiários é feita após homologação da tutela. Tendo em conta as alterações ao regulamento comunitário n.º 1083/2006 do Conselho introduzidas pelo regulamento n.º 284/2009, bem como a adaptação do regulamento geral do FEDER e Fundo de Coesão,

dos períodos de candidatura fechados, existe sempre uma data de fecho previamente estabelecida. Por último, e não sendo a regra neste período de programação, existem ainda períodos de candidatura em contínuo/abertos (com ou sem dotação orçamental explicitada), ou seja, que vigoram durante todo o período do QREN ou até à execução financeira integral da(s) tipologia(s) em causa ou, caso exista, da respetiva dotação orçamental.

Concurso ou período de candidatura decidido:

considera-se um concurso ou período de candidatura decidido quando pelo menos 75% do total de candidaturas apresentadas tiver sido objeto de comunicação da respetiva decisão pela autoridade de gestão.

Concurso ou período de candidatura em aberto: concurso ou período de candidatura com prazo para submissão de candidaturas a decorrer.

Concurso ou período de candidatura encerrado: concurso ou período de candidatura cujo prazo para submissão de candidaturas está terminado.

Despesa pública: qualquer participação pública no financiamento de operações e proveniente do Orçamento do Estado, de autoridades regionais e locais, das Comunidades Europeias no âmbito dos fundos estruturais e do Fundo de Coesão e qualquer despesa equiparável. É considerada despesa equiparável qualquer participação no financiamento de operações proveniente do orçamento de organismos de direito público ou de associações de uma ou mais autoridades locais ou regionais ou de organismos públicos⁴.

Despesa validada: corresponde aos montantes de despesa efetivamente paga pelos beneficiários na execução de uma operação/projeto e validada pela autoridade de gestão⁵ e a adiantamentos pagos aos beneficiários, no âmbito dos auxílios estatais, na aceção do artigo 87.º do Tratado, que sejam considerados certificáveis. Os valores relativos a adiantamentos certificáveis apenas são contabilizados nesta variável pelo valor da garantia bancária associada e até à sua justificação por via de apresentação de despesa

efetivamente paga pelo beneficiário e validada e paga pela autoridade de gestão.

Fundo comunitário a concurso: dotação de fundo prevista no aviso de abertura do concurso ou especificamente afeta a um período de candidatura, incluindo, quando aplicável, eventuais alterações ocorridas durante o período de apresentação de candidaturas. Não se aplica na modalidade de acesso ao FSE, nos termos da alínea a) do artigo 21.º do Decreto Regulamentar (DR) n.º 84-A/2007, de 10 de Dezembro, alterado pelo DR n.º 13/2008, de 18 de Junho. No caso do FEDER e quando as candidaturas sejam submetidas a períodos de candidatura em contínuo/abertos, é considerado o montante de Fundo associado ao Eixo Prioritário/Área de Intervenção quando este se encontra explicitado no respetivo aviso de abertura do período de candidatura.

Grande projeto: Operação suscetível de financiamento pelo FEDER ou pelo Fundo de Coesão, que engloba um conjunto de trabalhos economicamente indivisíveis com uma função técnica precisa e visa objetivos claramente identificados e cujo custo total seja superior a 50 milhões de euros⁶. Os grandes projetos são objeto de uma decisão específica por parte da Comissão Europeia, o mais tardar três meses após a sua apresentação, desde que esta cumpra todos os requisitos regulamentares.

Investimento ou custo total: Somatório da despesa elegível⁷ e da não elegível⁸ que seja considerada indispensável à prossecução dos objetivos da operação, no quadro da candidatura apresentada.

Investimento ou custo total elegível: total da despesa pública e privada, considerada para efeitos de cofinanciamento pelos fundos comunitários.

Operação aprovada: corresponde à decisão de aprovação vigente, incluindo reprogramações e encerramento de operações. O volume de operações aprovadas é líquido de anulações, rescisões/revogações⁹.

4 Aplicando-se no caso dos projetos apoiados pelo FSE as disposições previstas no artigo 37.º do DR 84-A/2007, de 10 de Dezembro.

5 No caso dos auxílios estatais, na aceção do artigo 87.º do Tratado, os montantes de despesa para além de estarem validados pela autoridade de gestão devem ter sido pagos aos beneficiários.

6 Conforme Regulamento (UE) n.º 539/2010 de 16 de Junho.

7 Despesa claramente associada à concretização de uma operação/projeto e cuja natureza e data de realização respeitam a regulamentação específica do programa e demais regras nacionais e comunitárias aplicáveis.

8 Despesa associada a uma operação/projeto, cuja natureza, data de realização, ou dimensão, não permitam o seu financiamento pelos fundos, sendo a sua cobertura assegurada pelo beneficiário.

9 Neste caso, apenas se incluem operações individualmente

Pagamentos aos beneficiários: transferências diretas para os beneficiários¹⁰ a título de reembolso ou de adiantamentos. O volume de pagamentos pode incluir valores ainda não devolvidos relativos a operações rescindidas/revogadas.

Programa de Ação: corresponde a um programa integrado que envolve várias operações da responsabilidade de diversos parceiros, as quais devem corresponder a intervenções coerentes entre si e integradas. As operações previstas num programa de ação são formalizadas na sequência do processo de aprovação do respetivo programa.

Subvenção global: apoio relativo a uma operação, enquanto grupo de projetos coerentes, relativamente à qual a autoridade de gestão delega competências no âmbito da respetiva gestão a um organismo intermédio, com reconhecida competência e experiência em matéria de gestão administrativa e financeira.

Taxa de admissibilidade das candidaturas: candidaturas admitidas / candidaturas apresentadas com análise de admissibilidade concluída.

Taxa de admissibilidade do investimento ou custo

total: valor do investimento ou custo total das candidaturas admitidas /valor do investimento ou custo total das candidaturas apresentadas com análise de admissibilidade concluída.

Taxa de aprovação bruta das candidaturas: candidaturas aprovadas / candidaturas apresentadas com análise de admissibilidade concluída.

Taxa de aprovação bruta do investimento ou custo

total: valor do investimento ou custo total das candidaturas aprovadas /total de investimento ou custo total das candidaturas apresentadas com análise de admissibilidade concluída.

Taxa de aprovação líquida das candidaturas: candidaturas aprovadas / candidaturas admitidas com análise de mérito concluída.

Taxa de aprovação líquida do investimento ou custo total:

valor do investimento ou custo total das candidaturas aprovadas /total de investimento ou custo total das candidaturas admitidas com análise de mérito concluída.

Taxa de compromisso: valor do fundo associado a operações aprovadas/valor do fundo comunitário programado.

Taxa de contratação das candidaturas: candidaturas contratadas /candidaturas aprovadas. Esta taxa reflete, em número de candidaturas, o desfasamento temporal entre o momento da aprovação e o momento da contratação.

Taxa de contratação dos fundos comunitários: valor dos fundos comunitários das candidaturas contratadas / valor dos fundos comunitários das candidaturas aprovadas. Esta taxa reflete, em valor de fundo comunitário, o desfasamento temporal entre o momento da aprovação e o momento da contratação.

Taxa de execução: valor da despesa validada do fundo comunitário /valor do fundo comunitário programado.

Taxa de pagamento: valor do fundo comunitário pago aos beneficiários /valor aprovado do fundo comunitário em operações.

Taxa de realização: valor da despesa validada do fundo comunitário /valor aprovado do fundo comunitário em operações.

Taxa de reembolso: valor do fundo comunitário pago aos beneficiários, incluindo a beneficiários responsáveis pela execução de políticas públicas / valor da despesa validada do fundo comunitário. Sempre que este valor é superior a 100% significa que o montante pago por adiantamento(s) não certificáveis é superior ao valor do fundo comunitário associado à execução.

Tempo médio de decisão (previsto): período de tempo (dias de calendário) previsto para a comunicação ou notificação da decisão das autoridades de gestão em relação às candidaturas apresentadas nos concursos ou períodos de candidatura, contado a partir das datas limite definidas para a apresentação das mesmas, decorrentes das normas aplicáveis aos respetivos processos. Na apresentação de informação agregada relativa a este indicador para os PO cofinanciados pelo FEDER/FC, o tempo corresponde à média simples do conjunto dos tempos dos avisos de abertura dos concursos. No acesso ao financiamento do FSE através da modalidade de candidatura, o período de tempo limite previsto é o que consta na respetiva regulamentação. No caso dos PO FEDER/FC são considerados apenas os concursos decididos mais os períodos de candidatura em contínuo,

consideradas e não Programas de Ação, quando existem.

10 Incluindo para beneficiários responsáveis pela execução de políticas públicas.

com pelo menos uma candidatura decidida.

Tempo médio de decisão (efetivo)¹¹: período de tempo (dias de calendário) efetivamente verificado para a comunicação ou notificação da decisão das autoridades de gestão em relação às candidaturas apresentadas nos concursos ou períodos de candidatura, decorrentes das normas aplicáveis aos respetivos processos. Na apresentação de informação agregada relativa a este indicador para os PO cofinanciados pelo FEDER/FC, o tempo corresponde à média simples do conjunto dos tempos dos concursos decididos. No caso dos PO FSE, considera-se até ao momento da notificação da proposta de decisão de aprovação aos beneficiários em fase de audiência prévia e o tempo de decisão corresponde à média simples do tempo de decisão de cada um dos projetos aprovados. No caso dos PO FEDER/FC são considerados apenas os concursos decididos mais os períodos de candidatura em contínuo, com pelo menos uma candidatura decidida.

SIGLAS:

AM: Associação de Municípios
CE: Comissão Europeia
CIM: Comunidade Intermunicipal
FC: Fundo de Coesão
FEDER: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FSE: Fundo Social Europeu
I&DT: Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
IFDR: Instituto Financeiro do Desenvolvimento Regional
IGFSE: Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu
IGF: Inspeção-geral de Finanças
M€: milhões de euros
n.a.: Não aplicável
n.d.: Não disponível
NUTS: Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos
PO: Programa Operacional
PO AT: Programa Operacional de Assistência Técnica
PO FC: Programa Operacional Fatores de Competitividade
PO PH: Programa Operacional Potencial Humano
PO VT: Programa Operacional Valorização do Território
p.p.: pontos percentuais
QREN: Quadro de Referência Estratégico Nacional
RVCC: Reconhecimento, Validação, Certificação de Competências

11 O tempo médio de decisão referente aos sistemas de incentivos corresponde ao período verificado entre a data de apresentação das candidaturas e a decisão das autoridades de gestão competentes.





Programas Operacionais do QREN

PO Temáticos

PO Potencial Humano

- Eixo 1 - Qualificação inicial
- Eixo 2 - Adaptabilidade e aprendizagem ao longo da vida
- Eixo 3 - Gestão e aperfeiçoamento profissional
- Eixo 4 - Formação avançada
- Eixo 5 - Apoio ao empreendedorismo e à transição para a vida ativa
- Eixo 6 - Cidadania, inclusão e desenvolvimento social
- Eixo 7 - Igualdade de género
- Eixo 8 - Algarve
- Eixo 9 - Lisboa
- Eixo 10 - Assistência técnica

PO Fatores de Competitividade

- Eixo 1 - Conhecimento e desenvolvimento tecnológico
- Eixo 2 - Inovação e renovação do modelo empresarial e do padrão de especialização
- Eixo 3 - Financiamento e partilha de risco da inovação
- Eixo 4 - Administração pública eficiente e de qualidade
- Eixo 5 - Redes e ações coletivas de desenvolvimento empresarial
- Eixo 6 - Assistência técnica

PO Valorização do Território

- Eixo 11 - Rede e equipamentos estruturantes nacionais de transportes e mobilidade sustentável (FC)
- Eixo 12 - Sistemas ambientais e de prevenção, gestão e monitorização de riscos (FC)
- Eixo 13 - Redes e equipamentos na RA Açores (FC)
- Eixo 14 - Redes e equipamentos na RA Madeira (FC)
- Eixo 15 - Infraestruturas e equipamentos para a valorização territorial e o desenvolvimento urbano (FEDER)
- Eixo 16 - Assistência técnica (FEDER)

PO Regionais do Continente

PO Norte

- Eixo 7 - Competitividade, inovação e conhecimento
- Eixo 8 - Valorização económica de recursos específicos
- Eixo 9 - Valorização do espaço regional
- Eixo 10 - Coesão local e urbana
- Eixo 11 - Assistência técnica

PO Centro

- Eixo 7 - Competitividade, inovação e conhecimento
- Eixo 8 - Valorização do espaço regional
- Eixo 9 - Coesão local e urbana
- Eixo 10 - Assistência técnica

PO Alentejo

- Eixo 7 - Competitividade, inovação e conhecimento
- Eixo 8 - Valorização do espaço regional
- Eixo 9 - Coesão local e urbana
- Eixo 10 - Assistência técnica

PO Lisboa

- Eixo 1 - Competitividade, inovação e conhecimento
- Eixo 2 - Sustentabilidade territorial
- Eixo 3 - Coesão social
- Eixo 4 - Assistência técnica

PO Algarve

- Eixo 1 - Competitividade, inovação e conhecimento
- Eixo 2 - Proteção e qualificação ambiental
- Eixo 3 - Valorização territorial e desenvolvimento urbano
- Eixo 4 - Assistência técnica

Programas Operacionais da Cooperação Territorial Europeia

PO Regiões Autónomas

PO Açores - FEDER

- Eixo 7 - Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores
- Eixo 8 - Qualificar e integrar a sociedade açoriana
- Eixo 9 - Promover a coesão territorial e a sustentabilidade
- Eixo 10 - Compensar os sobrecustos da ultraperificidade
- Eixo 11 - Assistência técnica

PO Açores - FSE

- Eixo 1 - Qualificação do capital humano, do emprego e da iniciativa para a competitividade regional
- Eixo 2 - Assistência técnica

PO Madeira - FEDER

- Eixo 1 - Inovação, desenvolvimento tecnológico e sociedade do conhecimento
- Eixo 2 - Competitividade da base económica regional
- Eixo 3 - Desenvolvimento sustentável
- Eixo 4 - Coesão territorial e governação
- Eixo 5 - Compensação dos sobrecustos da ultraperificidade
- Eixo 6 - Assistência técnica

PO Madeira - FSE

- Eixo 1 - Educação e formação
- Eixo 2 - Emprego e coesão social
- Eixo 3 - Assistência técnica

PO de Assistência Técnica

PO Assistência Técnica FEDER

- Eixo 1 - Coordenação e monitorização estratégica do QREN
- Eixo 2 - Coordenação e monitorização financeira do FEDER e FC
- Eixo 3 - Auditoria e controlo do FEDER e FC
- Eixo 4 - Coordenação, monitorização e controlo nas regiões de objetivo competitividade regional e emprego

PO Assistência Técnica FSE

- Eixo 1 - Coordenação, gestão, monitorização auditoria e conhecer para intervir e qualificar nas regiões de objetivo convergência
- Eixo 2 - Coordenação, Gestão, Monitorização Auditoria e Conhecer para Intervir e Qualificar nas Regiões de Objetivo Competitividade Regional e Emprego

Cooperação Transfronteiriça

PO de Cooperação Transfronteiriça Portugal – Espanha (POCTEP)

PO de Cooperação Transfronteiriça Bacia do Mediterrâneo (ENPI MED)

Cooperação Transnacional

PO de Cooperação Transnacional Espaço Atlântico (EA)

PO de Cooperação Transnacional Espaço Sudoeste Europeu (SUDOE)

PO de Cooperação Transnacional do Espaço Mediterrâneo (MED)

PO de Cooperação Transnacional Madeira-Açores-Canárias (MAC)

Cooperação Inter-regional

PO de Cooperação Inter-regional INTERREG IVC

Programa URBACT II - Rede Urbana de Desenvolvimento

Programa ESPON 2013 - Rede Europeia de Observação

Programa INTERACT II

Nota: desde o boletim de dezembro 2011 adotou-se uma nova numeração dos Eixos nos PO que alteraram a estrutura dos Eixos. Esta alteração surge na sequência da reprogramação em cumprimento das regras comunitárias em vigor.

Programas Operacionais do QREN



Avenida Infante Santo, 2, 5º
1350-346 Lisboa
Tel.: (+351) 217 227 281
www.poph.qren.pt



Av. Eng. Arantes e Oliveira, 193
7004-514 Évora
Tel.: (+351) 266 740 300
www.ccdr-a.gov.pt/poaqren



Avenida D. João II, Lote 1.07.2.1, 3º
1998-014 Lisboa
Tel.: (+351) 211 548 700
www.pofc.qren.pt



Praça da Liberdade, 2
8000-164 Faro
Tel.: (+351) 289 895 200
www.ccdr-alg.pt



Avenida D. João II, Lote 1.07.2.1, 2º
1998-014 Lisboa
Tel.: (+351) 211 545 000
www.povt.qren.pt



Rua Dr. José Bruno
Tavares Carreiro, S/N
9500-119 Ponta Delgada
Tel.: (+351) 296 308 000
<http://proemprego.azores.gov.pt>



Rua Rainha D. Estefânia, 251
4150-304 Porto
Tel.: (+351) 226 086 300
www.novonorte.qren.pt



Caminho do Meio, 58 - São Carlos
9701-853 Angra do Heroísmo
Tel.: (+351) 295 206 380
www.proconvergenca.azores.gov.pt



Rua Bernardim Ribeiro, 80
3000-069 Coimbra
Tel.: (+351) 239 400 100
www.maiscentro.qren.pt



Travessa do Cabido, 16
9000-715 Funchal
Tel.: (+351) 291 214 000
www.idr.gov-madeira.pt/rumos/



Rua Artilharia Um, 33
1269-145 Lisboa
Tel.: (+351) 213 837 100
www.porlisboa.qren.pt



Travessa do Cabido, 16
9000-715 Funchal
Tel.: (+351) 291 214 000
www.idr.gov-madeira.pt/intervir+/

Coordenação Técnica do QREN

Coordenação Estratégica



OBSERVATÓRIO
DO QREN

Ed. Expo 98,
Av. D. João II, Lote 1.07.2.1, 4º
1998-014 Lisboa
Tel.: (+351) 210 437 300
www.observatorio.pt

Coordenação e Autoridade de Certificação FEDER / Fundo de Coesão



Rua S. Julião, 63
1149-030 Lisboa
Tel.: (+351) 218 814 000
www.ifdr.pt

Coordenação e Autoridade de Certificação FSE



INSTITUTO DE GESTÃO
DO FUNDO SOCIAL EUROPEU, I.P.

Rua Castilho, 5 - 6º/7º/8º
1250-066 Lisboa
Tel.: (+351) 213 591 600
www.igfse.pt

Autoridade de Auditoria



Rua Angelina Vidal, 41
1199-005 Lisboa
Tel.: (+351) 218 113 500
www.igf.min-financas.pt



 programa
operacional
assistência
técnica

 QUADRO
DE REFERÊNCIA
ESTRATÉGICO
NACIONAL

 UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional